

ROSA MARIA VILAR DE QUEIROZ

**VIOLÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
ESTADO DA PARAÍBA:
IMPACTO DO PROJETO “ESCOLA QUE
PROTEGE”**

Orientadora: Prof^a.Doutora. Otaviana Maroja Jales Costa

Co-Orientadora: Prof^a.Doutora.Maria Odete Emygdio da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

LISBOA

2012

ROSA MARIA VILAR DE QUEIROZ

**VIOLÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO
ESTADO DA PARAÍBA:
IMPACTO DO PROJETO “ESCOLA QUE
PROTEGE”**

Dissertação apresentada para a obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Otaviana Maroja Jales Costa

Co-orientadora: Prof^ª. Doutora Maria Odete Emygdio da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

LISBOA

2012

Nunca use violência de nenhum tipo. Nunca ameace com violência de nenhum modo. Nunca sequer tenha pensamentos violentos. Nunca discuta, porque isto ataca a opinião do outro. Nunca critique, porque isto ataca o ego do outro. E o sucesso está garantido.

(Mahatma Gandhi)

A minha filha, Ana Patrícia, pelo incentivo para que eu pudesse retomar os estudos depois de alguns anos do término da minha graduação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que sempre dá força e estímulo para realizar qualquer trabalho.

Aos meus filhos, Eduardo Jorge, Ricardo Luiz e Ana Patrícia, pelo incentivo à volta aos estudos.

Ao Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa – CINTEP, nas pessoas dos professores Otávio e Gracieli, pela atenção e presteza durante toda realização do curso.

Aos professores Oscar e Roberto Jarry, os quais compuseram a pré-banca na qualificação do meu projeto, pela colaboração e orientações dadas para o prosseguimento do trabalho.

À minha professora e orientadora Otaviana Maroja e ao professor Carlos Jales, pela calorosa receptividade, acolhimento e o acompanhamento sistemático, viabilizando à conclusão deste trabalho.

Ao professor Antônio Teodoro, coordenador do curso, pela competência, dedicação e responsabilidade durante toda a realização do mesmo.

Aos professores da Universidade Lusófona, que se deslocaram de Lisboa até aqui para cumprir a missão de nos repassar seus conhecimentos.

Aos demais professores, que durante um ano estiveram conosco nessa batalha.

A todos os colegas de turma, especialmente aos colegas do meu grupo, Toinho, Fátima, Petronila e Senharinha, pela união em todas as atividades do curso.

Às pessoas integrantes das Comissões Gestoras dos municípios envolvidos na pesquisa, pela contribuição e receptividade para a efetivação deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade investigar com os participantes do Projeto “Escola que Protege” quais as violências mais comuns registradas nas escolas e o impacto deste nas atividades desenvolvidas nas escolas no combate à violência. A violência contra a criança e o adolescente representa, atualmente, um grave problema de saúde pública no mundo e a escola é o ambiente frequentado diariamente pelas crianças, por isso torna-se um local de extrema e fundamental importância para o seu crescimento e desenvolvimento, interferindo diretamente em sua postura e comportamento futuros. Optamos por uma pesquisa qualitativa, que por meio das entrevistas pudéssemos verificar o entendimento dos sujeitos desta investigação sobre a violência escolar e a repercussão do Projeto “Escola que Protege” no município. E, ao analisá-las, concluiu-se que as violências mais comuns existentes nos municípios pesquisados não são diferentes das encontradas nas outras regiões do país, onde existe o trabalho infantil, casos de violência doméstica, *bullying*, além do abuso sexual, que também acomete as crianças destes municípios. Detectamos por fim que o Projeto Escola que Protege, conseguiu alcançar resultados positivos em todos os municípios pesquisados, levando informações importantes aos educadores, capacitando-os para a resolução ou o encaminhamento dos casos de violência infantil detectadas no âmbito escolar.

Palavras-chave: Violência. Escola. “Escola que Protege”.

ABSTRACT

This research aims to investigate the participants of the project "School that protects" the violence which registered the most common in schools and the impact of the project "School to Protect" in the activities developed in schools to combat violence. Violence against children and adolescents currently represents a serious public health problem in the world and the school environment is frequented daily by children, so it becomes a place of extreme importance and fundamental to their growth and development, directly interfering in their views and future behavior. We chose a qualitative research through interviews, we found the understanding of the subjects of this research on the impact of school violence and school project that protects the city. And in analyzing them, it was concluded that the violence more common in the municipalities surveyed are not different from those found in other regions of the country where there is child labor, domestic violence, bullying, and sexual abuse, which also affects the children in these municipalities. Finally detected that the Bill that Protects School, has achieved positive results in all municipalities surveyed, bringing important information to educators, preparing them for resolution or referral of cases of child abuse found in the school.

Keywords: Violence. School. “School to Protect”.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	16
1.1 Conceituação sobre Violência.....	16
1.2 Causas da Violência no Brasil – Revisitando a Literatura.....	21
1.3 Violência Escolar de Crianças e Adolescentes no Brasil – Um Evento de Ruptura.....	23
1.4 Características de Crianças e Adolescentes na visão de Teóricos.....	26
1.5 Fundamentos e Estratégias do Projeto Escola que Protege no combate à violência.....	32
CAPÍTULO 2 – PROBLEMÁTICA.....	38
2.1 Objetivos.....	38
2.1.1 Objetivo Geral.....	38
2.1.2 Objetivos Específicos.....	38
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	39
3.1 Universo da pesquisa ou população.....	40
3.2 Amostra ou sujeito.....	42
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS.....	43
4.1 Tipo de pesquisa.....	43
4.2 Instrumento de Pesquisa.....	44
4.3 Análise dos dados.....	44
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS.....	45
5.1 O processo de Observação.....	45
5.2 Análise da Entrevista Semiestruturada com as Comissões Gestoras Municipais.....	46
CONCLUSÃO.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	70
APÊNDICES.....	I
ANEXOS.....	VI

ÍNDICE DE QUADROS

3.2.1 – População Pesquisada.....	42
5.2.1 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 03.....	49
5.2.2 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 04.....	50
5.2.3 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 05.....	52
5.2.4 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 06.....	53
5.2.5 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 06.....	55
5.2.6 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 07.....	56
5.2.7 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 08.....	59
5.2.8 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 09.....	60

ÍNDICE DE FIGURAS

1.1 – Curso realizado no município de João Pessoa.....	34
1.2 – Curso realizado no município de Caaporã.....	34
1.3 – Curso realizado no município de Patos.....	34
1.4 – Curso realizado no município de Bananeiras.....	35
3.1 – Representação dos municípios participantes do Projeto.....	40

ÍNDICE DE GRÁFICOS

5.2.1 – Distribuição dos participantes por instituição representada.....	40
5.2.2 – Descrição da quantidade de participantes do curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente.....	48

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno universal que atinge adolescentes, adultos, idosos e crianças de todos os segmentos sociais e em todos os lugares. Os relatos de situações de violência também acontecem toda hora, em todo lugar, nas ruas, praças, escolas, igrejas, lares, filmes, novelas, desenhos animados, jornais, programas de televisão. Assim, há um risco dessa violência, que fere, mata, destrói a autoestima, humilha, escraviza e degenera o ser humano tornando-se banal.

Este fenômeno assumiu tamanha proporção que atualmente a sua erradicação constitui uma prioridade nacional, independentemente dos locais onde acontece e dos segmentos sociais atingidos. Segundo Minayo (2001, p.26), “a violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima”. Implica, de um lado, poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de desenvolvimento.

A prática de violência contra crianças e adolescentes (maus tratos, abandono e negligência, abuso e exploração sexual comercial, trabalho infantil, dentre outras) não é recente. Um olhar atento à trajetória histórica de crianças pobres no Brasil nos mostra a procedência dessa afirmação. Sua visibilidade, no entanto, vem ganhando novos contornos, principalmente, na proporção e extensão que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, no Brasil. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) certamente contribuiu e vem contribuindo para que se torne visível uma condição, antes de tudo, de violação dos Direitos Humanos, conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU.

Diante do crescente número desta prática e considerando a relevância do papel da escola no desenvolvimento da criança e do adolescente, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD), implantou em 2004 o Projeto Escola que Protege (EqP), em conjunto com os demais setores governamentais da área de saúde, justiça e desenvolvimento social nas três esferas governamentais, visando a contribuir com o enfrentamento desse grave problema. O projeto piloto da EqP, implantado inicialmente nas cidades de Recife, Belém e Fortaleza, previa três ações:

- 1) Acolhimento, avaliação diagnóstica e atendimento psicossocial às crianças e ado-

lescentes;

- 2) Escola para pais;
- 3) Capacitação de professores(as).

O Projeto tem como objetivo geral sensibilizar e mobilizar os agentes dos sistemas de ensino para refletirem acerca da gravidade do problema da violência e de seu papel estratégico na concretização da rede de proteção social, contribuindo com a construção de políticas públicas, por meio da qualificação de seus profissionais para atuarem na efetivação e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e no enfrentamento da violência.

Diante destas inquietações e provocações que suscitam a questão da violência escolar, decidimos realizar este estudo para tentar fazer compreender o sentido da educação, da escola e da prática pedagógica nas suas relações com a sociedade e com as demandas sociais. Definimos como objetivo principal desta investigação: estudar o papel do Projeto “Escola que Protege” no combate à violência contra a criança e o adolescente nos municípios paraibanos. Em torno deste objetivo geral, integram-se e se relacionam outros objetivos, todos eles complementares ao núcleo central do estudo. Para alcançá-lo, organizamos o texto da seguinte forma:

Abordaremos a questão da violência no Brasil, focalizando aquela praticada contra a criança e o adolescente; posteriormente enfocaremos os pressupostos teóricos do Projeto “Escola que Protege”, fazendo uma análise como vem sendo desenvolvido na Paraíba e os resultados alcançados pelo Projeto.

O Capítulo 1 apresenta o Enquadramento Teórico, que tem o intuito de dar suporte ao estudo, o conceito de violência e os fundamentos do Projeto “Escola que Protege”, como saberes essenciais para a construção e entendimento da pesquisa. É através do suporte teórico que os dados coletados se tornam importantes e lógicos, levando a uma maior confiabilidade na pesquisa.

O Capítulo 2 refere-se à Problemática, onde estão definidos o Problema e os Objetivos geral e específicos da pesquisa.

O Capítulo 3 constitui a Metodologia e os procedimentos que servirão de roteiro para compreensão do trabalho em seu conjunto. Chamamos a atenção para a configuração metodológica do estudo, visto que, por seu intermédio, garantiremos um ordenamento lógico, coerente e articulado para que os objetivos propostos sejam alcançados.

O Capítulo 4 é dedicado à análise dos dados coletados na pesquisa à luz da teoria que a sustenta, tratando-se de uma abordagem qualitativa categorial e temática. O material colhido

será analisado de acordo com os procedimentos metodológicos, explicitados no Capítulo 3, ou seja, entrevistas com as técnicas auxiliares, que expressam por meio de suas palavras a importância do Projeto Escola que Protege no combate à violência em alguns municípios da Paraíba.

Apresentamos as considerações finais advindas do trabalho realizado, nossas perspectivas e anseios mediante os resultados obtidos.

Finalmente, apresentaremos uma ampla bibliografia utilizada, que reúne os autores que deram suporte às nossas argumentações e posicionamentos em defesa do cumprimento dos objetivos.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Conceituações sobre Violência

Em uma de suas definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas. De um lado, ao se eleger prioritariamente nesta análise as condutas que envolvem a destruição e a força, não poderia deixar de considerar, ao menos, como referência, práticas mais sutis e cotidianas observadas na sala de aula que veiculam o racismo ou a intolerância e, até, os mecanismos relativos à violência simbólica presentes na relação pedagógica, já estudada por Bourdieu (Bourdieu & Passeron, 1975).

De outra parte, os diversos usos e significados da palavra violência ao lado de termos correlatos, como indisciplina, permitem alterações expressivas de significados correntes sobre o conjunto das ações escolares. Atos anteriormente classificados como produtos usuais de transgressões de alunos às regras disciplinares, até então tolerados por educadores como inerentes ao seu desenvolvimento, podem hoje ser sumariamente identificados como violentos. Ao contrário, condutas violentas, envolvendo agressões físicas, podem ser consideradas pelos atores envolvidos episódios rotineiros ou meras transgressões às normas do convívio escolar. Por essas razões, um dos aspectos ainda a serem investigados diz respeito ao modo como, no âmbito da instituição escolar, são construídas as definições que designam e normalizam condutas - violentas ou indisciplinadas - por parte dos atores envolvidos: professores, alunos, funcionários, pais.

A prática de violência contra crianças e adolescentes (maus tratos, abandono e negligência, abuso e exploração sexual comercial, trabalho infantil, dentre outras) não é recente. Um olhar atento à trajetória histórica de crianças pobres no Brasil nos mostra a procedência dessa afirmação. Sua visibilidade, no entanto, vem ganhando novos contornos, principalmente, na proporção e extensão que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, no Brasil. A promulgação do ECA, com certeza, contribuiu e vem contribuindo para que se torne visível uma

condição, antes de tudo, de violação dos Direitos Humanos, conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU.

A violência praticada nas instituições educacionais de modo geral também comparece com muita frequência nas estatísticas. Segundo o Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), numa análise de uma ampla gama de países em desenvolvimento, a Pesquisa Global de Saúde Baseada na Escola verificou recentemente que de 20 a 65 por cento das crianças em idade escolar entrevistadas relataram ter sido verbal ou fisicamente intimidadas nos 30 dias anteriores nesses espaços. (ONU, 2006).

Muitas teorias já foram propostas para explicar por que os comportamentos delituosos atingem auge nos anos da adolescência. Por exemplo, esses comportamentos (violentos, principalmente) já foram associados aos níveis de testosterona nos jovens do sexo masculino, que aumentam durante a adolescência e os primeiros anos da idade adulta, diminuindo a partir daí. (Archer, 1991). Outras explicações centram-se nas mudanças acarretadas pela idade, em termos de capacidades físicas e oportunidades de cometer crimes, vinculadas a mudanças nas atividades de rotina (Cohen & Felson, 1979), tais como frequentar bares à noite, em companhia de outros rapazes.

Desde o nascimento, as crianças veem-se sob a influência de seus pais, que geralmente não aprovam as transgressões. Durante a adolescência, contudo, os jovens gradualmente se libertam do controle dos pais, passando a ser influenciados por seus pares, que, em muitos casos, podem incentivar comportamentos delituosos. Após os 20 anos as transgressões entram novamente em declínio, à medida que a influência dos pares cede lugar a um novo conjunto de influências familiares, provenientes de esposas e parceiras, que são hostis a comportamentos infratores.

Em geral, verifica-se continuidade entre a violência juvenil e a adulta, e entre a agressividade infantil e a violência juvenil. Uma explicação possível para essa continuidade ao longo do tempo é que as diferenças individuais quanto ao potencial latente de vir a cometer atos agressivos ou violentos são muito arraigadas. Em qualquer grupo, as pessoas que são relativamente mais agressivas numa determinada idade tendem a serem relativamente mais agressivas em idades mais avançadas, embora os níveis absolutos dos comportamentos agressivos e das manifestações comportamentais de violência sejam diferentes para as diferentes idades.

Para desenvolver teorias sobre a violência, é importante estabelecer de que forma os fatores de risco têm efeitos independentes, aditivos, interativos ou sequenciais. De modo geral, a probabilidade de ocorrência de violência aumenta com o número de fatores de risco.

Embora na base das iniciativas de redução da violência escolar encontrem-se demandas muito claramente formuladas por profissionais da educação, pais e alunos, encontraremos, em praticamente todas elas, a participação efetiva de outros atores sociais, bem como a de instituições públicas e privadas, e de organizações populares de diferentes orientações.

No final dos anos 1980 e durante a década de 1990, surgem condições que favorecem e estimulam mudanças nos sistema de ensino e que podem interferir nas interações intra-escolares de forma global, a ponto de contribuírem para reduzir índices de violência, envolvendo professores, alunos e profissionais da educação. Como exemplo dessas condições favoráveis à mudança, destacam-se as novas formas de organização dos ciclos escolares, de avaliação discente e de orientações curriculares que foram propostas em âmbito nacional, estadual e municipal, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – em 1996.

Entretanto, essas novas formas de organização do ensino repercutem na base do sistema de ensino de modo diversificado. Sem entrar no mérito da adequação das referidas propostas, é preciso reconhecer que suas estratégias de implantação têm níveis diferenciados de adesão ou de resistência dos professores, responsáveis pela condução das aulas e pela vida do estabelecimento escolar. Essa diferença no envolvimento dos docentes nas novas formas de organizar o sistema de ensino tem influência na implantação das próprias políticas. O sucesso ou não de seus resultados depende muito da relação dos docentes com essas novas formas de organizar a educação.

Não cabe mais ao educador argumentar que as questões das violências domésticas não fazem parte da escola, pois um educador ou educadora atenta pode fazer muita diferença no atendimento à criança e/ou adolescente. Mas compete aos educadores buscarem informações que contribuam para a reflexão e a desmistificação do tema, e aos órgãos e programas de proteção à criança e adolescentes vítimas de violências, contribuírem para a capacitação dos educadores. (Miguel, 2008).

Na história da formação da sociedade brasileira, a violência está fortemente presente. Dentre estas formas de violência estão as desigualdades econômicas, sociais e culturais, a exclusão social e política, a dominação, entre tantos outros acontecimentos os quais têm origem desde o início da colonização. Toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição

de objeto, que viole alguém interna ou externamente é violência e, neste sentido, somos todos vítimas e agentes da violência, em grandes e pequenas coisas do cotidiano.

Existe uma dificuldade e, até mesmo, controvérsias, ao se tentar definir a violência ou agressão, e isto se deve ao fato de que a avaliação do comportamento depende das perspectivas adotadas ao julgá-lo. Por exemplo, uma mesma atitude/comportamento pode ser considerada apropriada pelo agressor e, ao mesmo tempo não o ser pela vítima. E, para se qualificar determinado comportamento, faz-se necessária a introdução do contexto em face da norma.

No dicionário *On Line Priberan* (2004), a palavra violência se origina do latim “violentia” e possui vários significados: qualidade do que é violento; ato violento de violentar; ímpeto ofensivo; irascibilidade; abuso da força; constrangimento exercido sobre uma pessoa para obrigar a fazer ou a deixar de fazer um ato qualquer. Costa (1986) também conceitua a violência como sendo “o emprego da agressividade com fins destrutivos. Pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional”.

Denisov (*apud* Minayo & Souza, 1999) reconhece a violência, por suas características, como um conceito multifacetário. E continua, dizendo:

E isto se deve ao fato de que indivíduos, grupos, classes e instituições empregam diferentes formas, métodos e meios de coerção e aniquilamento direto ou indireto (econômico, político, jurídico, militar) contra outros indivíduos, grupos, classes e instituições, com a finalidade de conquistar ou reter poder, conquistar ou preservar independência, obter direitos ou privilégios (Denisov *apud* Minayo & Souza, 1999, p.10).

A violência, seja ela qual for repercute diretamente na saúde do indivíduo violentado, refletindo de forma negativa em sua vida podendo, causar doenças ou até a morte, como disse Agudelo (1990, 1995, 1998):

...ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima (Agudelo, 1990, p.1-7; 1995, p.20; 1998, p.223).

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) aborda o tema, o qual foi tratado na 49ª Assembleia da Organização Mundial de Saúde (1993):

A violência, pelo número de vítimas e a magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países. (OMS, 1993).

De acordo com estas diversas definições de violência, entende-se que a mesma não se resume apenas a um tipo, existindo outras formas além da violência física, como: psicológica, intencional ou não intencional e macro ou micro. (Pescarolo, 2011).

Alguns exemplos de violência psicológica seriam gritos, humilhações, xingamentos, ameaças. Dentre as violências intencionais podemos citar as agressões, os homicídios, os suicídios e suas tentativas. Os acidentes de trabalho e a violência no trânsito seriam exemplos de violência não intencional. A violência de ordem coletiva é denominada macro e, por ações de diversos indivíduos chamamos de violência micro.

Diante das várias formas de violência e de acordo com a Resolução CD/FNDE N° 17/2009 do Manual do Projeto Escola que Protege (Brasil, 2009):

A violência social, institucional, doméstica e familiar, em suas diversas formas, compõe dimensão cada vez mais ampliada no cotidiano da nossa sociedade. Entre as múltiplas formas de violência, a praticada contra crianças e adolescentes exige atenção prioritária do Estado, por outros motivos, em decorrência da condição peculiar de crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes vitimados por ela. Esta forma de violência se manifesta em diferentes arenas da vida – doméstica, comunitária, pública, institucional – e em diferentes formas – física, psíquica, ou simbólica. Situação que demanda esforços sociais e políticas públicas, em especial as educacionais. (Brasil, 2009, p.04).

Vários são os fatores que contribuem para que essa prática seja observada e mantida, dentre os quais destacamos: as relações de poder e de gênero predominantes nas sociedades, as características do agressor e da vítima, questões culturais, ausência de mecanismos seguros e confiáveis de prevenção e punição, medo de denunciar, ineficiência dos órgãos de atendimento, certeza de impunidade, dentre outras.

De acordo com dados do Ministério da Saúde (2002), entre os anos de 1990 e 2000, os acidentes e a violência (causas externas) foram causa de morte de 211.918 crianças e adolescentes, sendo 59.203 destas com idades entre 0 a 9 anos; 33.512 púberes de 10 a 14 anos e 119.203 adolescentes de 15 a 19 anos. O que impressiona e preocupa é que esses números ultrapassam o número de óbitos desses mesmos grupos etários, por doenças infecciosas e parasitárias, mostrando assim, o estilo de vida como causa preponderante para o aumento da incidência de óbitos de crianças e adolescentes (Souza & Jorge, 2004).

Quando se recorre ao conjunto de determinações sociais, um primeiro par sempre aparece: as relações necessárias entre a pobreza e a violência. Aparentemente impecável, o raciocínio afirma ser a pobreza responsável pela violência social e, em consequência, os atos de violência que atingem a unidade escolar ou que nela ocorrem, seriam mais uma das expres-

sões diretas da situação de miséria. Entretanto, não se pode atribuir exclusivamente a isto a explicação da violência, visto que nem todas as situações de pobreza têm sido geradoras desta violência, pois também existem situações de violência nas classes média e alta.

No âmbito do binômio - pobreza e violência - alguns estudos indicam que não são as regiões mais miseráveis do país aquelas que são responsáveis pelo maior índice de violência. Mais do que a pobreza em termos absolutos, seria certa exacerbação da desigualdade social, a extremada distribuição desigual da renda, ao lado da convivência no mesmo espaço de dois mundos - excluídos e incluídos - uma das molduras propícias às relações de violência e suas consequências sobre a escola.

1.2 Causas da Violência no Brasil

As causas da violência vêm sendo estudadas avidamente e existem pesquisas que tentam determinar os fatores que possam favorecer um comportamento violento em determinado indivíduo. Dentre estes fatores sugeridos estão os psicológicos, sociológicos e, até mesmo, os genéticos e biológicos tem sido inseridos nestas pesquisas. A agressividade é um fator inerente a cada ser humano, porém não é o mesmo que agressão. Quando não há um cuidado inicial em relação a essa agressividade, a mesma pode interferir na personalidade e gerar um indivíduo passivo, tímido, masoquista, destrutivo ou agressor.

Na teoria de Winnicott (2005), a delinquência deriva da privação de afeto, das perdas e o delito é um ato de esperança, um pedido de socorro. Segundo o autor, os problemas durante o desenvolvimento e na formação das estruturas de personalidade, como: humilhações e frustrações, excesso de rigor e autoritarismo e restrição das possibilidades de diálogo e negociação, estariam inseridos nas causas psicológicas da violência.

James W. Prescott (*apud* Montagu, 1998), após realizar pesquisas com 400 sociedades pré-industriais confirmam o dito pelo autor supracitado, quando afirmam que experiências sensoriais e afetivas adequadas, durante os períodos iniciais do desenvolvimento, criam indivíduos orientados para a tolerância e para relacionamentos harmoniosos, enquanto que a privação de cuidados e de contato corporal intenso causam distúrbios de conduta e transtornos emocionais, que incluem os comportamentos autista e depressivo, hiperatividade, perversões sexuais, abuso de drogas, violência e agressão.

A teoria de Bandura & Walters (1974) corrobora as pesquisas acima relatadas, quando afirma que todo comportamento humano é aprendido com a vivência e as inter-relações, as-

sim como a agressão é aprendida. De acordo com o referido estudo, o homem é um ser influenciado pelo meio que o circunda, levado ao comportamento criminoso pela cruel sociedade. Essa seria uma teoria mais sociológica para explicar a causa da violência, na qual se entende que o agressor/criminoso tende a absorver o que se encontra à sua volta, imitando comportamentos, ações e atitudes, sendo influenciado, principalmente, pela mídia.

A violência praticada nas instituições educacionais é um fato que aparece de forma cada vez mais frequente nas estatísticas. Após a análise de uma ampla gama de países em desenvolvimento, a Pesquisa Global de Saúde baseada na Escola verificou recentemente que de 20 a 65% das crianças em idade escolar entrevistadas relataram ter sido verbal ou fisicamente intimidadas nos 30 dias anteriores nesses espaços. (ONU, 2006).

Os diversos usos e significados da palavra violência ao lado de termos correlatos como indisciplina permitem alterações expressivas de significados correntes sobre o conjunto das ações escolares. Atos anteriormente classificados como produtos usuais de transgressões de alunos às regras disciplinares, até então tolerados por educadores como inerentes ao seu desenvolvimento, podem hoje ser sumariamente identificados como violentos. Ao contrário, condutas violentas, envolvendo agressões físicas, podem ser consideradas pelos atores envolvidos como sendo episódios rotineiros ou meras transgressões às normas do convívio escolar. Por essas razões, um dos aspectos ainda a serem investigados diz respeito ao modo como, no âmbito da instituição escolar, são construídas as definições que designam e normalizam condutas - violentas ou indisciplinadas - por parte dos atores envolvidos: professores, alunos, funcionários, pais.

Algumas situações foram identificadas como as mais frequentes no que se refere à violência e segurança nas escolas: as depredações, furtos ou roubos que atingem o patrimônio, agressões físicas entre os alunos e agressões de alunos contra os professores. (CODO, 1999). Um estudo mostra que estabelecimentos de ensino com mais de 2.200 alunos são os mais suscetíveis às práticas de violência, principalmente os que se encontram nas capitais. Evidenciou-se, também, que o fato de os estabelecimentos de ensino terem adotado medidas de segurança ostensiva não alterou, de forma significativa, as ocorrências de roubo e/ou vandalismo (Battista & El-Moor, 1999, p.155).

Os anos 1990 deram início a mudanças no padrão da violência nas escolas públicas, englobando não só atos de vandalismo, mas também práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil. São mais frequentes as agressões verbais e as ameaças. Esse fenômeno alcança as cidades médias e as regiões menos industrializadas do país. Por

outro lado, nem sempre os índices apresentados pelas pesquisas sobre a questão da violência em meio escolar coincidem com os índices mais gerais da violência que atingem os jovens, conforme estes últimos analisados nos estudos desenvolvidos por Waiselfisz (2002). Assim, estados em que ocorrem problemas intensos envolvendo agressões a professores ou a alunos nem sempre são os que apresentam maiores índices de violência entre os jovens. Isso indica, ao menos, o acerto de reflexões realizadas internacionalmente e aqui no Brasil, que não associam diretamente o fenômeno da violência em meio escolar ao crescimento das situações de morte violenta e criminalidade que atingem jovens em algumas áreas urbanas.

A violência é uma forma de manifestação da busca pelo poder, e esta busca ocorre pelas experiências vivenciadas no dia a dia, como discriminação, abuso de poder por autoridades (professores, direção, coordenação), o que torna algumas práticas de violência corriqueiras no ambiente educacional. (Marriel et al, 2006).

A escola acaba sendo alvo de violência por mera reprodução de acontecimentos ou experiências vivenciadas fora do ambiente escolar.

(...) a ação escolar seria marcada por uma espécie de "reprodução" difusa de efeitos oriundos de outros contextos institucionais molares (a política, a economia, a família, a mídia etc.), que se fariam refletir no interior das relações escolares. De um modo ou de outro, contudo, a escola e seus atores constitutivos, principalmente o professor, parecem tornar-se reféns de sobre determinações que em muito lhes ultrapassam, restando-lhes apenas um misto de resignação, desconforto e, inevitavelmente, desincumbência perante os efeitos de violência no cotidiano prático, posto que a gênese do fenômeno e, por extensão, seu manejo teórico-metodológico residiriam fora, ou para além, dos muros escolares. (Aquino, 1998, p.08).

Diante disto, percebe-se a impotência dos que compõem o quadro de profissionais do âmbito escolar: educadores, coordenador, diretor, que acabam transferindo a responsabilidade para os pais, psicólogos, polícia, tentando de alguma forma resolver o problema. Para tanto, faz-se necessário o surgimento de propostas e ações efetivas no combate à violência e indisciplina próprios da escola.

1.3 Violência Escolar de Crianças e Adolescentes no Brasil – um evento de ruptura

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe, em seu art. 2º, a caracterização de uma criança como uma pessoa até doze anos de idade incompletos. Acrescenta, ainda, no art. 6º, que na interpretação da Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as

exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (Brasil, 2004).

A manutenção dos direitos da criança deve ser garantida por seus tutores ou responsáveis. Porém, fatores como o desemprego, o uso e dependência de drogas, a violência familiar, entre outros, levam estas crianças a enfrentar sérios riscos que atingem seus desenvolvimentos físicos, psíquicos e sociais. As formas de manifestação da violência podem ser multifacetadas, abrangendo desde fatores psíquicos, estruturais, culturais éticos, sociais, políticos, entre outros. A violência é definida pelo Relatório da Organização Mundial de Saúde [OMS] (2002) como:

O uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p.5).

De acordo com diversos autores (Salles & Silva, 2008; Matos & Carvalhosa, 2001; Abramovay, 2005; Marcondes, 2008), a violência protagonizada pelos alunos, crianças e adolescentes, é considerada como a principal dentre todas as violências que se processam na escola. A violência escolar pode se expressar de diferentes maneiras: entre alunos, de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais de educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola e outras.

Quando se pensa em práticas de educação, são muitas as questões que nos vêm ao pensamento; como cada família interage com seus filhos no que tange à educação, ao comportamento. “O estilo e as técnicas de criação de filhos que cada pai ou mãe desenvolvem são uma função de muitos fatores interessantes, a origem cultural é um deles”. (Newcombe, 1999, p.26).

A forma como os pais educam, interagem e se socializam com seus filhos é muito importante para a promoção de comportamentos ditos adequados e/ou inadequados, sendo fundamental a presença da família no desenvolvimento da criança. A família tem como função social a responsabilidade pela transmissão da cultura de uma sociedade a seus indivíduos e, também, fazer com que sejam preparados para exercerem a cidadania. (Osório, 1996).

A violência familiar é um problema que repercute direta e negativamente sobre o cotidiano da escola, uma vez que a escola não está imune a seus reflexos e suas consequências, podendo também fortalecê-la ao reproduzir desigualdades e tratamentos indevidos. A escola

tem um papel relevante e imprescindível no combate a toda forma de violência contra crianças e adolescentes. Contextualizando tal ação na conjuntura da inclusão em educação, imediatamente se pode destacar a importância das escolas com orientação inclusiva neste movimento de proteção às crianças, nas quais a comunidade escolar coletivamente está comprometida de acordo com Ferreira & Martins (2007):

Melhorar a escola para todos e combater qualquer forma de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, a inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação. Numa escola inclusiva todos são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escola que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos alunos ou dos membros da comunidade escolar, bem como a sua aprendizagem. (Ferreira & Martins, 2007, p.22).

As ações de prevenção e proteção desenvolvidas nas escolas devem ser orientadas pela Convenção dos Direitos da Criança¹ (ONU, 1989) e documentos nacionais que legislam a ocorrência de crime de violência contra a criança.

A escola ainda dispõe de precárias experiências pedagógicas e reflexões para lidar com as violências que se instalam no âmbito extraclasse, e também discute pouco esta violência por ela produzida. Os projetos político-pedagógicos das escolas pouco têm privilegiado as discussões em torno das questões do cuidado ou do reconhecimento da escola como um espaço de gestão do cuidado. Acredita-se que conhecer este universo pode contribuir para aguçar nos educadores uma sensibilidade educativa e pautar a ação pedagógica em valores éticos como a justiça, o respeito e a dignidade humana, reforçando uma das unções sociais da escola: a proteção.

A integração escola–comunidade, o estabelecimento de parcerias com ONGS e empresas e a abertura da instituição escolar às necessidades locais e expectativas da comunidade tem sido descritos como elementos positivos para a melhoria da qualidade de ensino, diminuição de várias modalidades de violência infanto-juvenil e desenvolvimento social da comunidade do entorno. Os benefícios da relação entre escola e comunidade são mútuos e tem sido fartamente comprovados. (Brasil, 1998; Coll, 1999; Waiselfisz & Maciel, 2003; Noletto et al., 2004).

¹Os estados-partes tomarão todas as medidas legislativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Ao lado de formação intelectual e pessoal do corpo discente, muitas escolas brasileiras vêm desenvolvendo atividades socioculturais, artísticas e esportivas abertas aos estudantes, às suas famílias e a comunidade externa às instituições. Tais escolas constituem-se assim como espaço de referência e pertencimento às comunidades e as crianças e adolescentes. A oferta de cursos de qualificação profissional gratuitos, de programas de inclusão digital e de palestras sobre saúde são exemplos de iniciativas que tem se multiplicado e expandido o papel tradicional das escolas. (Abramovay et al., 2003a; 2003b; Waiselfisz & Maciel, 2003; Noletto et al., 2004).

Muitos educadores estão alheios às diversas formas de violência, assim como não conseguem reconhecer as marcas físicas, psicológicas e emocionais das violências a que estão submetidos (as) alguns de seus alunos e alunas, nem relacionam a vitimização como motivador direto e indireto sobre a frequência, o aproveitamento do tempo letivo, o rendimento escolar e, até mesmo, o comportamento e atitudes. Tampouco a escola, de forma geral, tem refletido sobre a capacidade de o processo educativo construir valores e princípios que considerem a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento, dotadas de direitos e sujeitos prioritários no processo social.

1.4 Características de Crianças e Adolescentes na Visão de Teóricos (Piaget e Vygotsky)

Durante muito tempo não se levou muito a sério as diferenças entre a criança e o adulto para que houvesse aprendizagem, adotando-se indiscriminadamente os métodos de memorização.

Somente a partir das descobertas do biólogo e psicopedagogo suíço Piaget é que ficaram nítidas as diferenças e as limitações entre a criança e o adulto, e muitas contribuições enriqueceram as teorias do processo pedagógico. Assim, ele não aconselhava forçar o aluno a determinadas classes de operações, se e quando este ainda não estivesse preparado. O desenvolvimento natural da criança deveria ser respeitado e o método de ensino deveria ser o menos dirigido possível. O papel do professor deverá ser apenas o de criar o ambiente propício para o aprendizado dentro do estágio de desenvolvimento em que se encontra o aluno.

Segundo Piaget (1936/1975, p.359), “o conhecimento não pode ser dissociado do desenvolver histórico da experiência”; daí porque ele tem uma preocupação epistemológica, estudando esse conhecimento, a fim de saber como as pessoas saem dos estudos mais simples para os mais complexos.

Este autor considerava a teoria psicogenética como a mais conhecida concepção construtivista da formação da inteligência. Explicou com detalhes como, desde o nascimento, o indivíduo constrói o conhecimento e classificou-o em quatro grandes estágios do desenvolvimento cognitivo. (Piaget, 1971).

O primeiro desses estágios é o Sensório-Motor, que vai do nascimento até os dezoto/vinte e quatro meses, onde a partir de reflexos neurológicos básicos, a criança começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio. A inteligência é prática. As noções de espaço e tempo são construídas pela ação, a sua atividade intelectual é de natureza sensorial motora, onde cada estágio é responsável por determinadas construções, sendo estas contínuas.

O segundo estágio é denominado Pré-Operatório, que vai dos dois aos quatro anos de idade. Nele a criança é capaz de produzir imagens mentais, de usar palavras para referir-se a objetivos e situações, e de agrupar objetos de forma rudimentar. Nesta fase a criança raciocina a partir de intuições e não de uma lógica semelhante à do adulto. A linguagem neste período é comunicativa, por ser usada com a intenção de transmitir algo, ou de procurar informações e egocêntrica, pois a criança fala pelo prazer de falar, ela ainda não sabe conciliar seus próprios interesses e os do grupo. Segundo Rappaport (1982):

Linguagem egocêntrica é aquela onde, além de não existir uma intenção de comunicar, não se observa também nenhuma tentativa de levar em consideração o ponto de vista do ouvinte. A mensagem não é adaptada às necessidades de informações da audiência. Aquele que fala, orienta-se principalmente, de acordo com os seus próprios interesses. É por esta razão que Piaget emprega o termo egocêntrico, para indicar que a linguagem empregada pela criança pequena é centrada em sua própria atividade, não levando em conta o papel ou as necessidades das demais pessoas. (Rappaport, 1982, p.64).

No terceiro estágio, denominado de Operatório Concreto, que vai dos quatro aos sete ou oito anos, a criança é capaz de efetuar operações mentalmente, lembrando o todo, sequenciando as ideias. Nesta fase, a criança pode explorar o meio para resolver situações-problema, pois pode fazer e refazer mentalmente o caminho de ida e volta e ainda é capaz de classificar, agrupar, tornar reversíveis as operações que efetua e pensar sobre um fato a partir de diferentes perspectivas.

O quarto estágio, que é o das Operações Formais, vai dos doze anos em diante; a representação permite a abstração total. Neste estágio a criança não se limita mais à representação imediata, mas é capaz de pensar em todas as relações possíveis logicamente, de deduzir

conclusões e de acompanhar a forma de um argumento, embora não tenha conhecimento do seu conteúdo concreto. É capaz de raciocinar cientificamente, formulando hipóteses e resolvendo problemas.

Nesta fase, a linguagem dá suporte ao pensamento conceitual; há possibilidade de formulação de hipóteses, a criança consegue rejeitar, criticar, aceitar, refletir sobre valores e convenções sociais, culminando com a construção da autonomia. Ao final deste período, a pessoa atinge sua maturidade intelectual.

Para Piaget (1971, p. 25), para que possamos falar em estágios, é preciso que sejam cumpridas três exigências:

- a) A ordem da sucessão dos estágios deve ser constate;
- b) Um estágio deve ser caracterizado por uma forma de organização;
- c) As estruturas que correspondem a um estágio integram-se no estágio seguinte.

Ele concluiu que, embora a duração de cada etapa possa variar bastante, elas são sempre sequenciais. Piaget também dá muita ênfase ao meio ambiente e considera que a inteligência não é inata, mas desenvolvida. Logo, não adianta forçar o aluno a determinadas classes de operações, quando este não está preparado ainda.

Na concepção piagetiana, o desenvolvimento cognitivo pode ser definido como a reorganização de estruturas psicológicas em função de interações entre o organismo e seu ambiente.

Do ponto de vista educacional, para o desenvolvimento cognitivo, os alunos não absorvem conhecimento, eles criam, exploram e integram conhecimento. Sob esse prisma, observamos que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio. A ideia é que o homem não nasce inteligente, mas também não é passivo à influência do meio. Ao contrário, responde aos estímulos externos, agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada.

A aprendizagem envolve a criação e as mudanças dos estados e das estruturas do conhecimento, mudanças necessárias para acomodar novas experiências e a solução de problemas, a descoberta e a pesquisa apresentam-se como estratégias adequadas para a construção do conhecimento.

Para ele, é mantendo um equilíbrio dinâmico com o meio ambiente, que desenvolvemos a inteligência. Quando esse equilíbrio se parte, o indivíduo age sobre o que o afetou, buscando se reequilibrar. Isso é feito através da adaptação, que tem duas formas básicas: a assimilação, que ocorre quando o indivíduo usa as estruturas psíquicas que já possui, é a incorpo-

ração de um novo objeto ou ideia ao que já é conhecido; e acomodação, que se dá quando essas estruturas não são suficientes e é necessário construir novas estruturas, isso implica na transformação que o organismo sofre, para poder lidar com o ambiente.

[...] A assimilação é a incorporação de um novo objeto ou ideia ao que já é conhecido, ou seja, ao esquema que a criança já possui. A acomodação, por sua vez, implica na transformação que o organismo sofre para poder lidar com o ambiente. Assim, diante de um objeto novo ou de uma ideia, a criança modifica seus esquemas adquiridos anteriormente, tentando adaptar-se nova situação. (Goulart, 1995, p.17).

É na assimilação e na acomodação que se pode reconhecer a correspondência prática daquilo que serão mais tarde a dedução e a experiência.

Vygotsky “elaborou uma teoria baseada no desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sociohistórico e o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento”.

Para ele, o indivíduo já nasce mergulhado no grupo; portanto, não se pode analisá-lo dissociado do meio social. A interação adulto/criança e criança/criança é fundamental.

Enfatizou o papel da cultura, da história pessoal e da linguagem na construção do conhecimento, discutindo a criança não apenas como construtora individual do conhecimento, mas vendo-a em interação com elementos de sua cultura. Enfatizou a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações. Como corrobora Goulart (1995):

A linguagem carrega os conceitos generalizáveis; a escrita e a aritmética, instrumentos culturais especiais, facilitam a compreensão da sabedoria do passado e seu aperfeiçoamento. A análise da estruturação das operações de pensamento entre pessoas que não tiveram acesso a estes instrumentos revelam, por certo, uma estruturação diferente dos processos cognitivos superiores. (Goulart, 1995, p.25).

A linguagem, além de possibilitar o contato social com outras pessoas, permite à criança planejar a solução para problemas difíceis. As funções cognitivas e comunicativas tornam-se fundamentais para um comportamento inteligente, que distingue a criança dos animais. A criança desenvolve a sua lógica graças à interação social, pois a lógica das outras pessoas vem ajudá-la a solucionar problemas.

Para Vygotsky, a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem de ser biológico em ser humano. É pela interação com os outros que construímos os conhecimentos que permitem o nosso desenvolvimento mental. Que a criança nasce dotada apenas de

funções psicológicas elementares, como os reflexos e a atenção involuntária, presentes em todos os animais mais desenvolvidos. Com o aprendizado cultural, parte dessas funções básicas transforma-se em funções psicológicas superiores, como a consciência, o planejamento e a deliberação, características próprias do homem.

Neste sentido, “a linguagem é duplamente importante, pois além de ser o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos, tem relação direta com o próprio desenvolvimento psicológico. Não existe conhecimento construído pela pessoa sozinha, mas sim em parceria com outras pessoas, que são as mediadoras e ajudam a criança a concretizar um desenvolvimento que ainda não é capaz de concretizar sozinha. A linguagem constitui o pensamento e a consciência de si e das relações com o meio ambiente”. (Vygotsky, 1989, p. 32).

Uma contribuição de Vygotsky é seu estudo sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, em que faz uma distinção no que se chama Zona de Desenvolvimento Proximal, que definiu como sendo a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, que é determinado por aquilo que a criança é capaz de fazer sozinha, porque já tem conhecimento consolidado. Esta zona é determinada através da solução de problemas em colaboração com os outros, ou seja: é o que separa a pessoa de um desenvolvimento que está próximo, mas ainda não foi alcançado.

Vygotsky concentrará, assim, seu esforço na linguagem como meio para desenvolver rapidamente seu modelo de imediação, ainda que em nenhum momento deixará de mostrar-se interessado pelos outros meios ou tecnologias do intelecto, atualmente estudados por autores que se ocupam destes novos instrumentos psicológicos de representação, como os audiovisuais ou o computador. (...) Nesta perspectiva, segundo Vygotsky, as tecnologias da comunicação configuram os materiais com que o homem realmente constrói a representação externa, que mais tarde, incorporar-se-á mentalmente, e se educativos exteriorizará. Deste modo, nossos sistemas de pensamento seriam fruto da internalização de processos mediadores desenvolvidos por e em nossa cultura. (...) De fato, a educação abriu uma linha de produção de instrumentos psicológicos, de finalidade estritamente educativa, ou seja, concebidos implicitamente como mediadores representativos na Zona de Desenvolvimento Proximal. Referimo-nos aos chamados materiais didáticos e aos brinquedos. (Coll, 1995, p.83-84).

A partir dessa concepção, o papel do professor muda radicalmente, pois deixa de ser o centro do processo, para ser o agente mediador do mesmo, propondo desafios aos seus alunos

e ajudando-os a resolvê-los, realizando com eles ou proporcionando atividades em grupo, em que aqueles que estiverem mais adiantados poderão ajudar os demais.

Na concepção construtivista aprendemos como somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto ou conteúdo que pretendemos aprender. O professor deve dar atenção especial à pesquisa espontânea do aluno: toda verdade deve ser reinventada ou reconstruída por ele, como preconiza Piaget. O educador ou professor tem uma atuação mais discreta, agindo principalmente como um mediador, para descobertas que os alunos realizam, à medida que atingem as sucessivas fases do desenvolvimento.

Na visão construtivista as escolas estão centradas na criança como sujeito do conhecimento e suas interações com o contexto social. A partir daí, faz-se necessário uma coerência entre a finalidade da educação, os objetivos e o planejamento, no sentido de caracterizar a ação da escola como educativa, explicitando a concepção de infância neste processo.

Como sujeito histórico, construtor de conhecimento, a criança, ao mesmo tempo em que constitui o mundo, torna-se constituída por ele, sendo a cada instante alguém que lida com o conhecimento de forma dinâmica e intensa, desenvolvendo sua consciência.

Tendo em vista a nossa concepção de criança como ser histórico, na linha construtivista, devemos considerar o constante processo de transformação na construção do conhecimento pela criança.

Tudo aquilo que a criança sabe que foi construído por ela, passa a fazer parte de um patrimônio próprio. Assim sendo, deve ser salientada a importância das interações sociais que ela estabelece com os outros, no caso seus amigos, pais, professores, entre outros.

A organização da escola e a produção do conhecimento extrapolam o aprendizado sistematizado, a disciplina e o conjunto de atividades dinâmicas e interessantes. Deve visar à formação de sujeitos solidários, capazes de tomar decisões responsáveis, de transforma-se e transformar a realidade. Para tanto, o processo pedagógico deve contemplar além dos saberes universalmente consagrados, a criticidade, a criatividade, a curiosidade, a problematização, a construção do conhecimento, a avaliação, a distribuição do tempo na escola e a gestão democrática de todo o processo educacional, tornando possível uma aprendizagem que garanta o desenvolvimento da autonomia.

Seria possível concluir apresentando que em alguns pontos Vygotsky diverge de Piaget. Este parte do desenvolvimento individual. Sua análise dos estágios cognitivos da criança parece ignorar as variáveis sociais. Ele analisa a interação do indivíduo com os objetos e a

evolução natural. Vygotsky acha que o indivíduo já nasce mergulhado no grupo, portanto não se pode analisá-lo dissociado do meio social.

Se, para Piaget, a linguagem não exerceria primordialmente papel cognitivo em novas explorações feitas pela criança, visto que a linguagem é simplesmente uma forma de representar o pensamento, para Vygotsky “a linguagem constitui o pensamento e a consciência de si e das relações como o meio ambiente, é ela quem abre caminhos para a Zona de Desenvolvimento Proximal, isto é, ajuda a criança a avançar de um nível de desenvolvimento real para uma área de potencialidades, através da mediação realizada pelo outro. O sujeito transforma o meio ambiente e vice-versa”. (Vygotsky, 1989, p. 38).

Em Piaget, “o desenvolvimento da linguagem se dá da fala egocêntrica para a fala social”. Para Vygotsky, “tanto a fala egocêntrica como fala social procuram um contato social. A fala egocêntrica é apenas um estágio menos desenvolvido da fala social”.

Na realidade, podemos afirmar que ainda existindo certa divergência no papel da linguagem e da mediação do “outro” na construção do conhecimento, tanto Piaget como Vygotsky reconhecem o papel ativo da criança na construção do conhecimento.

1.5 Fundamentos e Estratégias do Projeto Escola que Protege no Combate à Violência

O Governo Federal preocupado com a situação da violência contra crianças e adolescentes nas escolas brasileiras vem desenvolvendo, desde 2004, o Projeto Escola que Protege (EqP), implementado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), “como uma estratégia de política pública de educação para o enfrentamento e prevenção das violências contra crianças e adolescentes, através de projetos que visam à formação de profissionais de educação básica e a produção de materiais didáticos e paradidáticos voltados para a promoção e defesa, no contexto escolar, dos direitos de crianças e adolescente”. (Brasil, 2008, p.1).

O Projeto está inserido na agenda de promoção e disseminação dos direitos humanos no espaço escolar, dialogando com outros projetos, como “Educação em Direitos” e “Gênero e Diversidade Sexual”, que tem como objetivo fomentar a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e combater as diferentes formas de discriminação vivenciadas no ambiente da escola.

Em relação à violência que ocupa lugar no interior das famílias, o Projeto Escola que Protege discute as relações de parentesco que existem entre o agressor e o sujeito violentado,

o espaço físico em que essas violações ocorrem e as justificativas que mais comparecem nas pesquisas, qual seja, o uso da violência como "medida educativa". Na visão das crianças vítimas de violência física intrafamiliar, as atitudes de seus cuidadores se justificam pela autoridade dos pais e a violência como forma de educação. (Francischini, 2003). Possui ainda abrangência no que diz respeito ao seu foco, porque visa à defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência física, psicológica, negligência e abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial e tráfico, por meio da prevenção. De acordo com Brasil (1999), o projeto:

Qualifica profissionais de educação [dos municípios que aderiram ao projeto] por meio de formação nas modalidades à distância e presencial, para uma atuação adequada, eficaz e responsável, no âmbito escolar, diante de situações de evidências ou constatações de violência sofrida pelos educandos. (Brasil, 1999, p.06).

Diante do exposto, o Projeto Escola que Protege surge como uma forma de modificar esta conjuntura, por se tratar de um projeto de formação de profissionais da educação básica e de incentivo à produção de materiais didáticos e paradidáticos voltados para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e enfrentamento a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes. Com essa formação pretende-se que os profissionais tenham atuação qualificada frente às situações de violência vivenciadas na escola e na sala de aula, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente como referência; e que os sistemas definam um fluxo de encaminhamento das situações de violência identificadas na escola junto à Rede de Proteção Social.

As instituições que podem apresentar o Projeto são as públicas de educação superior e as da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (com educação superior), podendo inclusive desenvolver ações em suas unidades descentralizadas. Recomenda-se que essas instituições façam parcerias com instituições comunitárias ou mesmo da sociedade civil.

Cada projeto apresentado pelas mesmas deverá prever a formação de, no mínimo, 500 profissionais, sendo 430 da educação e 70 da Rede de Proteção de Direitos de Crianças e Adolescentes como, por exemplo, conselheiros (as) tutelares, profissionais de saúde e do desenvolvimento social.

O curso tem a carga horária de 80 horas presenciais. Nessa carga horária está previsto o desenvolvimento pelo (a) professor (a) cursista de um projeto de intervenção na realidade, do qual depende a certificação do mesmo. As figuras 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 abaixo retratam alguns

dos momentos vivenciados durante o esse curso, realizado nos municípios de João Pessoa, Caaporã, Patos e Bananeiras.



Figura 1.1 - Curso realizado no município de João Pessoa.

Fonte: Dados da Pesquisa



Figura 1.2 - Curso realizado no município de Caaporã.

Fonte: Dados da Pesquisa



Figura 1.3 - Curso realizado no município de Patos.

Fonte: Dados da Pesquisa



Figura 1.4 - Curso realizado no município de Bananeiras.

Fonte: Dados da Pesquisa

As secretarias estaduais e municipais de Educação podem se integrar a esse Projeto articulando-se com uma Instituição Federal de Educação Superior ou da Rede Federal de Ensino (com educação superior) para que apresente projeto. É muito importante que a Secretaria de Educação coloque-se à disposição para ajudar na organização do curso, assegure e acompanhe a participação dos profissionais de Educação no curso.

Para a execução do projeto, faz-se necessária criação e/ou implementação de uma Comissão Gestora Municipal e Estadual, a qual tem a missão de acompanhar o desenvolvimento do Projeto Escola que Protege na escola e avaliar suas ações no âmbito local e estadual. As ações previstas a serem desenvolvidas por esta Comissão, que segundo Brasil (2009) são:

Apoiar a implementação do projeto e atuar de forma articulada com os Sistemas de Ensino (Estadual e Municipal); implementar, em conjunto com os sistemas de ensino, o fluxo de comunicação e o acompanhamento dos casos de violência identificados na escola; integrar, mobilizar, articular e fortalecer a Rede de Proteção e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes; acompanhar e avaliar as ações do Projeto; catalisar demandas, propondo encaminhamentos e soluções, quando necessário; analisar dados e informações relativos à implementação do projeto; participar do curso de formação. (Brasil, 2009, p.13).

Essa comissão recebe uma capacitação de 12 horas, divididas em três encontros de quatro horas cada, a qual é realizada na cidade polo do Projeto, João Pessoa. Essa capacitação serve como um instrumento para facilitar o processo de trabalho a ser por elas. Diante disto, percebe-se a importância da mesma no acompanhamento da execução dos planos de intervenção educacional, elaborados pelos cursistas, avaliando e facilitando a implementação dos mesmos.

O Projeto Escola que Protege desenvolve através do curso “**Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente**” as temáticas referentes à:

- ❖ Marcos Normativos Internacional e Nacional da Promoção e Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ❖ Direitos Humanos da Criança e do Adolescente;
- ❖ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- ❖ Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente;
- ❖ Estatuto da Criança e do Adolescente e Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente;
- ❖ Rede Local de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ❖ Trajetória da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
- ❖ Expressões da Violência contra a criança e o adolescente, Violência Doméstica, Violência Sexual, Trabalho Infantil, Violência Homofóbica na Escola, Fenômeno *Bullying*;
- ❖ Estratégias de enfrentamento da violência contra criança e adolescente;
- ❖ Situação local de notificações e denúncias de violências contra crianças e adolescentes;
- ❖ Experiências locais no enfrentamento e prevenção de violências contra crianças e adolescentes;
- ❖ Indicadores de violências contra crianças e adolescentes;
- ❖ Efeitos da violência contra crianças e adolescentes na exclusão escolar;
- ❖ Projeto Político Pedagógico da escola e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes;
- ❖ Interface da Violência, em particular contra criança e adolescentes e formas de dominação referentes à classe, raça, etnia, origem geográfica, idade, condições socioculturais.

Essas temáticas são trabalhadas com os cursistas através de palestras e oficinas com o intuito de capacitar os profissionais a fim de prevenir, detectar e enfrentar essas diversas formas de violações dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito escolar.

O fenômeno *Bullying* tem sido a temática que tem chamado muito atenção durante a realização do curso, uma vez que a maioria dos planos de intervenção educacional elaborado pelos cursistas tem apresentado como sendo a grande causa da violência ocorrida nas escolas,

desta forma, para prevenir e combater essa violência o Governo Estadual da Paraíba sancionou a Lei Estadual **8.538/08**, de 07/05/2008.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao *Bullying*, de Ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do estado da Paraíba. Parágrafo único. Entende-se por *bullying* atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorre sem motivação evidente, praticada por um indivíduo (*bully*) ou grupos de indivíduos contra uma ou mais pessoas, com objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes.

O Projeto Escola que Protege se utiliza de algumas estratégias voltadas para trabalhar os enfoques e as temáticas, objetivando a capacitação e sensibilização desses profissionais participantes do projeto, são elas:

- ❖ Realização do curso de qualificação **“Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente”**, com no mínimo 80 horas, sobre o enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes, envolvendo profissionais da educação e de outras categorias profissionais;
- ❖ Realização de Seminário Estadual sobre Educação e Trabalho Infantil, com carga horária de 16 horas;
- ❖ Realização de Seminário Estadual sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com carga horária de 16 horas;
- ❖ Sistematização e publicação de livros para os docentes e os alunos, voltados para a promoção e defesa de direito e enfrentamento a todas as formas de violências contra crianças e adolescentes;
- ❖ Criar Comissão Gestora Local ou integrar as ações do Projeto em comissões existentes nos municípios participantes do projeto e fortalecer a Comissão Gestora Estadual e Local pré-existentes;
- ❖ Estruturação física, material e administrativa para realização das atividades do Projeto, assessoria e consultoria especializada e apoio logístico aos participantes do curso.

CAPÍTULO 2 - PROBLEMÁTICA

Feitas estas considerações expostas no enquadramento teórico, onde foram apresentados alguns aspectos sobre a violência e o Projeto Escola que Protege, procuraremos neste trabalho responder ao seguinte questionamento: Quais os efeitos do Projeto Escola que Protege no combate à violência contra a criança e o adolescente no âmbito escolar em municípios da Paraíba?

Apresentemos a seguir os objetivos que nortearam nossa pesquisa.

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

Estudar o papel do Projeto Escola que Protege no combate à violência contra a criança e o adolescente nos municípios Bananeiras, Caaporã, João Pessoa e Patos, no Estado da Paraíba.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar com os participantes do Projeto quais as violências mais comuns registradas nas escolas;
- Verificar o impacto do Projeto Escola que Protege nas atividades desenvolvidas nas escolas no combate à violência.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos desta pesquisa estão fundamentados na abordagem qualitativa, pois não se utiliza de números nem métodos estatísticos para a análise dos dados e se busca entender os fenômenos a partir dos dados descritivos extraídos através do contato direto com o objeto do estudo. (Neves, 1996).

A mesma é de natureza exploratória, tendo em vista que “envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores”. (Clemente, 2007).

De acordo com Gil (2008), por ser muito específica, quase sempre a pesquisa exploratória assume a forma de um estudo de caso. Sendo assim, também se trata de um estudo de caso, pois “visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular”. (Godoy, 1995, p.25).

Andrade (2001) conceitua a pesquisa científica como sendo “um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos”. E, para realizá-la, deve existir a vontade, o querer saber, descobrir e satisfazer nossa curiosidade como fator cultural nesta investigação. Para tanto, a Metodologia é por assim dizer, a direção norteadora de nossa pesquisa. Ela não é apenas um conjunto de técnicas ou instrumentos para alcançarmos os nossos objetivos, mas é acima de tudo, o planejamento ordenado de todos os passos como amostra, seleção, análise, estilo de pesquisa, entre outros.

Partimos do princípio de que o pesquisador segue o método como quem vive, participa e constrói a investigação. Neste sentido, André (1994) afirma que se admitirmos que a teoria vai sendo construída e reconstruída no próprio processo da pesquisa, temos de aceitar que as opções metodológicas também vão sendo explicitadas e redefinidas à medida que a investigação se desenvolve. Feitas estas considerações iniciais, apresentaremos o Universo da Pesquisa ou População.

3.1 Universo da pesquisa ou população

O universo da pesquisa ou população será constituído das comissões gestoras do Projeto Escola que Protege dos municípios de Caaporã, João Pessoa, Bananeiras e Patos, os quais foram atendidos pelo projeto nos anos de 2009 a 2010.

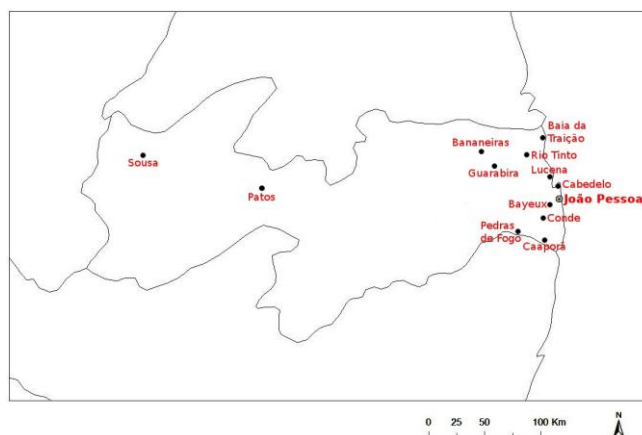


Figura 3.1 - Representação dos municípios participantes do Projeto

Caracterização da Comissão Gestora do município de Caaporã:

É composta por cinco (5) profissionais, dos quais três (3) possuem pós-graduação e os dois (2) restantes, a graduação. A função de conselheiro (a) tutelar é exercida por três (3) membros da equipe, enquanto os outros dois (2) são professores (as). O gênero feminino prevalece, com três (3) e os dois (2) restantes são do gênero masculino.

Caracterização da Comissão Gestora do município de João Pessoa:

A Comissão Gestora do município de João Pessoa é composta por dois (2) profissionais no ano de 2009 e dois (2) no ano de 2010. Os quatro (4) profissionais são do gênero feminino, sendo três (3) professoras e uma (1) psicóloga, das quais duas (2) possuem apenas o título de graduação e as outras duas (2) o de pós-graduação.

Caracterização da Comissão Gestora do município de Patos:

Essa Comissão tem uma equipe com seis (6) profissionais, sendo todos do gênero feminino. A função exercida pelas mesmas é descrita da seguinte forma: duas (2) professoras, duas (2) supervisoras, uma (1) assistente social e uma (1) psicóloga. Duas (2) possuem apenas a graduação e quatro (4) possuem o título de pós-graduação.

Caracterização da Comissão Gestora do município de Bananeiras:

Esse município possui uma Comissão formada por cinco (5) integrantes, dos quais quatro (4) são mulheres e um é homem (1). São três psicólogos (as), um (a) conselheiro (a) tutelar e um (a) professor (a). Existem quatro (4) profissionais graduados e um (1) com pós-graduação.

O Projeto atingiu 11 (onze) municípios paraibanos, desta forma resolvemos escolher 04 (quatro) Comissões Gestoras Municipais, levando-se em conta a representatividade dos mesmos e os aspectos práticos do estudo, uma vez que, escolhemos uma investigação qualitativa que é primordialmente centrada em elementos subjetivos, requerendo melhor aprofundamento.

A composição das Comissões Gestoras locais devem obedecer a recomendação do MEC/FNDE “obrigatoriamente por um (a) representante da Secretaria Municipal de Educação e um (a) representante da IES e, preferencialmente, por mais cinco representantes – de comitês, agremiações e/ou redes juvenis já existentes, do Conselho Tutelar; do Ministério Público; da Saúde e da Assistência Social”. (Manual do Projeto Escola Que Protege). Nos municípios normalmente são compostas por uma equipe com 5 (cinco) profissionais, em média, os quais são convidados pela Secretaria de Educação dos Municípios. No ano de 2009, o projeto atingiu os municípios João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Caaporã, Guarabira e Pedras de Fogo, contando com seis Comissões Gestoras; no ano de 2010 os municípios participantes foram João Pessoa, Bananeiras, Caaporã, Patos e Sousa, totalizando cinco Comissões. Totalizando onze Comissões Gestoras, o que daria um universo de aproximadamente cinquenta e cinco participantes. Foram seguidos alguns critérios de inclusão, pois se tornaria inviável realizar esta pesquisa com todos os municípios supracitados. Tentou-se atingir a maioria das sub-regiões da Paraíba. João Pessoa e Caaporã fazem parte do Litoral, além da primeira ser a capital e cidade polo do Estado; Bananeiras está situada no Brejo paraibano e Patos representa o Sertão da Paraíba.

3.2 Amostra ou sujeito

De acordo com o que foi apresentado no universo da pesquisa, decidimos retirar uma amostragem deste universo para definir a população a ser estudada conforme o quadro abaixo:

Quadro 3.2.1 – População Pesquisada

Municípios	João Pessoa	Caaporã	Patos	Bananeiras	Total
Participantes	04	05	06	05	20
Professores	03	02	02	01	08
Psicólogos(as)	01	00	01	03	05
Assistentes Sociais	00	00	01	00	01
Conselheiro(a) Tutelar	00	03	00	01	04
Supervisor(a) Escolar	00	00	02	00	02
Ensino Superior	02	02	02	04	10
Pós-graduação	02	03	04	01	10

Esta amostra ou sujeito foi constituída por membros das Comissões Gestoras dos municípios atendidos pelo projeto nos anos de 2009 e 2010, justificadas no tópico anterior, Universo da Pesquisa.

O Projeto Escola que Protege teve início em 2006, porém optamos por pesquisar apenas as Comissões Gestoras Municipais dos municípios participantes do Projeto Escola que Protege nos anos de 2009 e 2010. Essa escolha foi feita devido a alguns fatores específicos. Por exemplo, no ano de 2006 o único município participante do Projeto foi João Pessoa, com um projeto piloto, porém ainda não havia uma Comissão Gestora formada para acompanhar o mesmo. Em 2007 foi aberto edital convidando outros municípios a participarem do projeto, o que deu início à inserção de outros municípios, os quais ficaram até o final do ano de 2008. Esses municípios inseridos no ano de 2007 não fazem parte da amostra desta pesquisa, porque as Comissões Gestoras dos mesmos foram se dissolvendo com o decorrer do tempo, até serem completamente desfeitas.

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS

4.1 Tipo de Pesquisa

Esta é uma pesquisa qualitativa e exploratória do tipo Estudo de Caso e tem por objetivo proporcionar maior familiaridade ao problema com vista a torná-lo mais visível.

A Pesquisa Qualitativa tem seu ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa supõe contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Desta forma, os sujeitos da pesquisa são tão importantes quanto o conhecimento construído pelo pesquisador. A eficácia da Pesquisa Qualitativa está em não reduzir os sujeitos em mero respondentes de perguntas, mas conhecer e entender sua visão do Projeto Escola que Protege no combate à violência contra a criança e o adolescente nos municípios paraibanos através das entrevistas, observações e relatos que no nosso caso, nos ajudaram a compreender o impacto do mesmo na escola.

Com o intuito de identificar quais as violências mais comuns registradas nas escolas e verificar o impacto do Projeto Escola que Protege nas atividades desenvolvidas nas escolas no combate à violência, utilizamos a Pesquisa Exploratória. Conforme Gil (1999, p.64), utilizamos “uma pesquisa exploratória, quando queremos esclarecer e modificar ideias, representações, abrindo caminhos para estudos posteriores”. No dizer de Triviños (1995, p.109), “este tipo de abordagem permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema...” embora, adverte ele, em nenhum momento o estudioso deve deixar de lado a atitude científica.

Por fim, a nossa pesquisa é um Estudo de Caso. “Este é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. (Gil, 1999, p.72). Na mesma linha de pensamento Lüdke (1986) afirma que:

O estudo de caso enfatiza a interpretação em contexto. Busca retratar a realidade de forma completa e profunda, usa uma variedade de fontes e de informações, revela a experiência vicária e permite generalizações naturalísticas, procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social e utiliza uma linguagem e uma forma mais abrangente e acessível. (Lüdke, 1986, p.8-21).

4.2 Instrumento da Pesquisa

Para alcançar os objetivos traçados inicialmente, precisamos nos valer de alguns instrumentos para a realização de nossa pesquisa. Para tanto, decidimos utilizar os seguintes:

Observação.

A Observação é o primeiro instrumento de nossa pesquisa e é indispensável para todo estudo, principalmente para a fase inicial de coleta de dados. Nossa observação foi registrada no que chamamos de diário de campo, que é indispensável para qualquer investigador social.

A observação se confunde com a utilização dos cinco sentidos para se apreender a realidade que nos cerca. E é um instrumento que nos permite o contato direto com o objeto pesquisado, seu intermediário ou mediadores. (Gil, 1999, p.110).

Outro instrumento utilizado foi a Entrevista Semi-Estruturada. As entrevistas semi-estruturadas passaram a ser amplamente usadas em virtude de os “pontos de vistas dos sujeitos serem mais facilmente expressos numa situação de entrevista relativamente aberta, do que numa entrevista estruturada ou num questionário”. (Flick, 2005, p.77). Esta é uma excelente técnica para o tipo de pesquisa que realizamos.

Na opinião de Ludke & André (1986), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. (Ludke & André, 1986, p.33-34).

Descrevemos a seguir como foi realizada a análise de dados.

4.3 Análise dos dados

Os dados obtidos através dos instrumentos de pesquisa passaram por um processo permanente de organização e sistematização, com vistas a apresentar condições de análise. Os sujeitos da pesquisa foram codificados, para dar maior confiabilidade à pesquisa. As entrevistas de cada sujeito foram numeradas e classificadas de acordo com o gênero (M=masculino; F=Feminino). Utilizamos também, a classificação das falas dos sujeitos no decorrer do trabalho, identificando por meio da palavra “ENTREVISTADO” seguida do número de ordem da entrevista para os entrevistados da Comissão Gestora.

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS

5.1 O Processo de Observação

O primeiro instrumento utilizado na obtenção de resultados para esta pesquisa foi a observação. Através dela foi possível perceber a dinâmica de trabalho, a vivência e os conflitos de cada membro das Comissões Gestoras. A observação foi também uma forma de adentrarmos no universo do pesquisado, de termos um olhar crítico, reflexivo e questionador diante do que passaremos a descrever deste instrumento.

As entrevistas tiveram início no município de João Pessoa, onde foram entrevistadas quatro pessoas, sendo duas que fizeram parte da Comissão Gestora em 2009 e duas em 2010. Isso quer dizer que a Secretaria de Educação do município não se esforçou para formar a Comissão que deveria ser composta de pelo menos cinco membros a cada ano, mas só tiveram dois.

A segunda Comissão entrevistada foi a do município de Caaporã. A receptividade foi muito boa, a equipe se mostrou bem interessada e prontificada a dar a entrevista. O projeto ficou dois anos nesse município por solicitação da Secretaria de Educação, uma equipe formada com cinco membros, um pouco adormecida, mas com muita vontade de dar continuidade às suas atividades de acompanhamento dos Projetos.

A Comissão do município de Patos muito atuante e interessada em minimizar os índices de violência no município, principalmente os relacionados às drogas e trabalho infantil. Aparentemente, o Projeto Escola que Protege foi importante para esse município, tendo em vista que a Secretaria de Educação encampou a proposta para toda rede de ensino e lançou outro programa de prevenção à violência. Quanto à receptividade, foi muito boa e também serviu de estímulo para a Comissão, pois a mesma sentiu que a equipe do projeto está presente para dar o suporte necessário.

O último município visitado foi Bananeiras. Nesse foi observado que a equipe ainda existe, porém um pouco desarticulada. Esse ano a Comissão não realizou o acompanhamento dos projetos a que se propuseram. Além disso, houve uma mudança de secretários e quando isso acontece, as estratégias de trabalho também sofrem modificações. Entretanto, ficou o compromisso dessa Comissão voltar a se reunir e retomar as suas atividades relacionadas ao Projeto Escola que Protege.

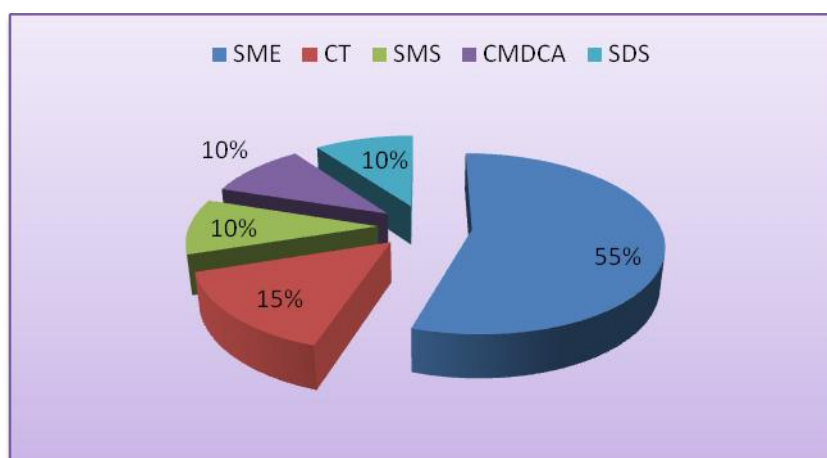
5.2 Análise da Entrevista Semi-estruturada com as Comissões Gestoras Municipais

Nesse momento serão transcritas as perguntas realizadas na entrevista e suas respectivas repostas serão analisadas, como forma de identificar com os participantes do Projeto quais as violências mais comuns registradas nas escolas e ainda, verificar o impacto do Projeto Escola que Protege nas atividades desenvolvidas nas escolas no combate à violência.

PERGUNTA Nº 01: Você fez ou faz parte da Comissão Gestora Municipal do Projeto Escola que Protege representando que Instituição?

Todos os participantes que fizeram ou fazem parte da Comissão Gestora Municipal representaram alguma instituição. As instituições referidas foram: Secretaria Municipal de Educação (SME), Conselho Tutelar (CT), Secretaria Municipal de Saúde (SMS - Programa Saúde na Escola), Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS). Dados estes especificados no gráfico 5.2.1.

GRÁFICO 5.2.1 - Distribuição dos participantes por instituição representada



Fonte: Entrevista semi-estruturada

A maioria dos participantes da pesquisa, ou seja, 55% (N = 11), ao participar do Projeto Escola que Protege, representou a Secretaria Municipal de Educação. A segunda instituição com o maior número de representantes foi o Conselho Tutelar, com 15% (N = 03) e, as outras três instituições restantes, Secretaria Municipal de Saúde (Programa Saúde na Escola), Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social, apresentaram o mesmo percentual de 10% cada (N = 02).

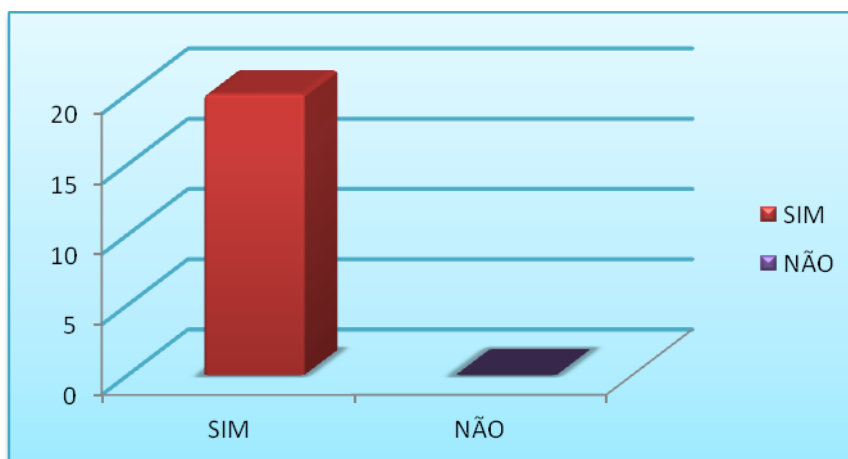
Esta amostra representativa de profissionais da Secretaria Municipal de Educação pode ser explicada pelo fato de que a mesma é a parceria principal do Projeto Escola que Protege, sendo a primeira instituição a ser contatada para a implementação do mesmo no município, principalmente por se tratar de um Projeto voltado para a educação. A coordenação do Projeto entra em contato com a Secretaria Municipal de Educação e pede que a mesma constitua uma comissão para acompanhar as atividades do mesmo no município após o término do curso. Essa comissão pode ser constituída por pessoas da própria Secretaria de Educação, da Saúde, da Assistência Social e/ou conselhos tutelar e de direito da criança e do adolescente.

PERGUNTA N° 02: Você participou do Curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente?

Esta pergunta teve com alvo saber se os participantes estavam presentes no curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente como forma de verificar o interesse dos mesmos pelo projeto, abrindo um precedente para a pergunta seguinte. Todos os participantes entrevistados (N = 20) assistiram ao curso, apresentando então 100% de aproveitamento, visto que o mesmo é primordial para a execução das tarefas designadas para a Comissão Gestora, conforme exposto no gráfico 5.2.2.

Além disso, a violência escolar também pode ocorrer por uma ação agressiva por parte do professor, por negligência, por não comparecer às aulas, por não colocar ordem em sala de aula. Muitas podem ser as causas disto, entre elas a baixa remuneração salarial, condições desfavoráveis de trabalho, carga exaustiva de trabalho, profissionais desqualificados para atuar com esse público. Diante disso, é notável a importância do curso de capacitação dos professores para a redução da violência escolar contra a criança e o adolescente.

GRÁFICO 5.2.2 – Descrição da quantidade de participantes do curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente



Fonte: Entrevista semi estruturada

PERGUNTA N° 03: Que contribuição o curso lhe deu para enfrentar a violência na escola?

Existem muitas propostas de criar políticas para resolver problemas causados pela violência: expulsar estudantes, aumentar a altura dos muros, instalar detectores de metal, diminuir a idade penal, aumentar os espaços em instituições para adolescentes que cometeram ato infracional. Enfim, as ideias são inúmeras, porém a proposta do Projeto Escola que Protege não visa atender às consequências da violência escolar, mas sim alcançar algumas de suas causas de modo a promover sua redução atuando na prevenção da violência no contexto da instituição educacional.

O curso é uma oportunidade criada para que sejam inseridos no currículo dos cursistas, assuntos que permitam o debate das questões que envolvem o amplo universo da violência contra a criança e o adolescente. É uma forma de chamar os alunos e a comunidade para a função de parceiros na não violência.

Muitos dos entrevistados compartilharam da mesma opinião, ao afirmar que o curso os ajudou a entender melhor o que é a violência e saber reconhecer seus tipos dentro da escola. Além disso, foi dito que o curso os levou a pensar nos fatores que podem remeter ao comportamento violento, não excluindo os fatores externos ao ambiente escolar, principalmente o ambiente familiar. O que corrobora com Lima & Silva (2006), quando dizem que:

Interagindo com a família, a escola participa desse projeto comum, que é a formação/educação da criança e do adolescente. Nesse sentido, o esclarecimento mútuo de direitos e deveres por educadores e educandos podem se constituir um facilitador no processo educativo. (Lima & Silva, 2006, p.05).

Outra questão importante levantada foi o aproveitamento do curso relacionado aos órgãos públicos que fazem parte da rede de proteção, quem procurar em uma situação de violência, quais as funções desses órgãos, como e a quem fazer denúncias, o entendimento de algumas leis que facilitam a prática diária do profissional, que poderá agir dentro da lei sem temer qualquer represália. Essas falas estão expressas no quadro abaixo.

Quadro 5.2.1 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 03

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 03
ENTREVISTADO 01	<i>“Um novo olhar no sentido de que a violência não é só física, mas a violência psicológica. Que é o xingamento, o bullying mesmo que foi muito explorado, foi muito debatido no programa e que é uma coisa do dia a dia da escola, que passava despercebida e é uma violência que causa tanto problema nas nossas escolas”.</i>
ENTREVISTADO 02	<i>“Abre nossa mente pra que a gente veja a situação por outro ângulo, por outro prisma. O que leva uma criança a ter essa postura, esse comportamento, o que é que está por trás disso. A gente começa a pensar em fazer um trabalho com a família pra tentar reverter essa situação”.</i>
ENTREVISTADO 06	<i>“Ajudou muito a identificar, aconselhar as famílias, a encaminhar as denúncias, requisição do serviço público”.</i>
ENTREVISTADO 08	<i>“Deu uma nova visão pra muitas coisas, coisas que eu não achava que era violência e eu percebi durante o curso que era, como planejar as defesas dentro da escola pra evitar esses acontecimentos e quando acontecerem como resolver, quem buscar, como buscar”.</i>
ENTREVISTADO 14	<i>“O curso nos trouxe muitas orientações no sentido da gente entender realmente qual a função de cada órgão que eu po-</i>

	<i>deria agir, sem ter medo de estar cometendo um erro, de ferir algum processo da Lei”.</i>
--	--

PERGUNTA N° 04: Nas escolas do seu município existe algum projeto de enfrentamento à violência? Qual?

Alguns estudos direcionados por Justo (2000, 2003), ao lado dos efetuados por Abramovay (2001) e Castro (2001) têm evidenciado que movimentos “além da lousa” executados na escola, como, por exemplo, oficinas de grafite e fotografia, discussão de filmes ou de contos literários, palestras, entre outros, são essenciais para dar visibilidade aos interesses da criança e do adolescente, afastá-lo de situações de risco, ou até mesmo para recuperá-lo de uma condição violenta para outra, em que possa ressignificar suas experiências devida, assegurando sua identidade e evoluindo na compreensão de si mesmo, dos outros e da cultura.

O que tornou as respostas dos entrevistados um tanto preocupante, tendo em vista que houve respostas muito divergentes. A maioria dos entrevistados, ou seja, 15 (quinze) pessoas, respondeu que sim, nas escolas de seu município existe algum projeto de enfrentamento à violência, porém 9 (nove) deles não souberam nomear esse(s) projeto(s), identificar ou, até mesmo, dizer em que escola ele acontecia. Somente 6 (seis) entrevistados disseram ter conhecimento do nome do projeto realizado. Ainda foi possível ver que 4 (quatro) pessoas revelaram que não há nenhum projeto de enfrentamento à violência nas escolas de seu município e apenas 1 (um) disse não ter conhecimento sobre isso. O quadro abaixo expressa esses dados referidos, através das falas de alguns dos entrevistados.

Quadro 5.2.2 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 04

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 04
ENTREVISTADO 01	<i>“Existe, tem o projeto ELOS, que é um projeto que foi desenvolvido com recursos próprios do município e que também trabalhava as violências”.</i>
ENTREVISTADO 02	<i>“Graças a Deus hoje a gente tem muitas escolas fazendo esse trabalho de combate à violência e o que deixa a gente mais feliz ainda é que na rede municipal agora tem um programa,</i>

	<i>o Projeto Escola Nota Dez”.</i>
ENTREVISTADO 15	<i>“Existe. Este ano as escolas municipais, estaduais têm desenvolvido o tema Possuímos Saberes por uma Cultura de Paz”.</i>
ENTREVISTADO 16	<i>“Existe! Existe, nós temos um projeto resgatando valores que é um projeto que a gente tem trabalhado esse tema os valores né, constantemente durante todo ano, todo mês tem um evento dentro da escola relacionado a isso”.</i>
ENTREVISTADO 14	<i>“Existe. Eu não lembro agora o nome”.</i>
ENTREVISTADO 17	<i>“Existe. Não recordo agora”.</i>
ENTREVISTADO 18	<i>“Projeto diretamente voltado ao enfrentamento não”.</i>

Essa falta de conhecimento a respeito dos projetos em andamento é um dado preocupante, podendo ser causada pela falta de acompanhamento dos projetos pela Comissão Gestora, o que será respondido na próxima pergunta.

PERGUNTA N° 05: Dos Projetos de Intervenção Educacional apresentados pelos cursistas, quantos e quais foram acompanhados pela Comissão Gestora Municipal?

Ao analisar as respostas referentes a essa pergunta, foi possível entender o porquê da falta de conhecimento de muitos membros da Comissão Gestora sobre os projetos desenvolvidos. Constatou-se que foram poucas as Comissões que acompanharam de perto o desenvolvimento dos projetos, e isto foi explicado por diversos fatores.

1. É difícil acompanhar todos os projetos, tendo em vista que esses membros da Comissão Gestora não exercem apenas essa função, já que se trata de funcionários de órgãos públicos, portanto tem que exercer suas outras funções.
2. Houve problemas de comunicação entre os membros da Comissão e as escolas e entre si mesmos.
3. Dificuldades em reunir todos os integrantes da Comissão, devido aos horários e calendários divergentes.

Sabendo-se que a função da Comissão Gestora é de "Organizar o processo de inserção do sistema de educação no conjunto das ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes e estreitar as relações com as redes locais de atenção, defesa e responsabilização". (Brasil, 2006, p. 2). Essa carência no acompanhamento dos projetos torna-se um fator preocupante, entretanto, há também, embora uma minoria, os que dizem ter participado ativamente do acompanhamento dos Projetos de Intervenção Educacional apresentados pelos cursistas. Enfim, essas explicações estão mais bem representadas no quadro abaixo.

Quadro 5.2.3 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 05

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 05
ENTREVISTADO 07	<i>“Não, eu era só pra todos então era um trabalho muito difícil para ser feito de acompanhar inclusive”.</i>
ENTREVISTADO 08	<i>“Não, não conseguimos ainda. Desde fevereiro nós estamos tentando marcar um encontro, mas como boa parte da comissão gestora é da educação então eles têm um grande problema com calendário. Pra poder marcar uma data específica pra se dedicar só a isso tá bem complicado”.</i>
ENTREVISTADO 09	<i>“Nós conhecemos, nós não acompanhamos”.</i>
ENTREVISTADO 16	<i>“A gente tem sentido um pouco de dificuldade de encontrar esse pessoal. Tem algumas escolas que a gente vê que estão desenvolvendo, não tá tendo assim um acompanhamento sistemático da equipe da comissão, mas a gente sabe que as escolas em si estão caminhando com isso”.</i>
ENTREVISTADO 01	<i>“Todos! Eu além de fazer parte da comissão, também fui convidada pra ministrar algumas oficinas, alguns cursos, então eu sempre estava inteirada de toda programação, de todo o conteúdo do curso, então todas as oficinas”.</i>
ENTREVISTADO 10	<i>“A maioria, assim grande parte, foi acompanhado, foi dado todo um assessoramento pela comissão gestora”.</i>
ENTREVISTADO 13	<i>“Sim! Cheguei juntamente com as meninas, fizemos relatórios, fizemos visitas”.</i>

PERGUNTA N° 06: Quais os resultados desses Projetos de Intervenção Educacional na prevenção da violência nas escolas? E que ações estão previstas para dar continuidade ao enfrentamento da violência na escola?

Como acentua Mendonça (2002), violência e indisciplina são problemas que alcançam não só os níveis mais altos do ensino, mas também estão afetando as primeiras séries do ensino fundamental. Vencê-los, ou pelo menos abrandar sua emergência, deverá acontecer com o devido reconhecimento dos educadores, pais e alunos enquanto participantes dinâmicos da vida coletiva na escola e nos locais em que vivem, admitindo a necessidade de pertencer, de apreciar a escola e os demais espaços por nós vivenciados como ambientes que ajudamos a edificar e podemos modificar.

Os Projetos de Intervenção Educacional tem a proposta de fornecer a estes participantes ativos na escola subsídios para promover mudanças. Os relatos de alguns dos entrevistados descrevem como um dos resultados desses projetos, mudanças na visão dos professores com relação a qualquer comportamento violento, agressivo ou até desinteressado do aluno, onde os mesmos procuram buscar e analisar o que desencadeia tal comportamento. Além disso, eles se mostram mais preparados para resolver e até encaminhar para os órgãos competentes, se necessário, alguns casos de violência. E não só os professores como todos de dentro da escola se mobilizaram para reduzir os índices de violência na mesma.

Outro fator importante que foi levantado como resultado foi o fortalecimento da articulação da rede de proteção, o que inibe a ação de agressores por medo de denúncias e punições. A tentativa de trazer a comunidade e as famílias para dentro da escola, tornando-as mais participativas foi outro ponto levantado. Isto vem acontecendo através de palestras, reuniões, oficinas, caminhadas. Enfim, os projetos se tornaram ações contínuas, passando a fazer parte do calendário escolar.

Quadro 5.2.4 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 06

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 06
ENTREVISTADO 02	<i>“O resultado, o saldo positivo é que todo educador passa a ter essa visão passa a analisar e ver que as crianças não são desinteressadas, não são crianças preguiçosas, são crianças trabalhadoras”.</i>

ENTREVISTADO 06	<i>“Quando surge um tema novo a escola convoca uma reunião com os pais para orientar, aí convoca o conselho tutelar. Quando tem alguma denúncia com relação a um aluno que tá naquela escola, eles convocam uma reunião pra falar daquele caso. Então eles estão mais preocupados e sabendo mais como lhe dar com as situações, identificando os problemas com mais facilidade e trabalhando esses problemas pra tentar resolver de fato”.</i>
ENTREVISTADO 09	<i>“Os nossos educadores hoje, depois do projeto, estão mais preparados pra identificar, nos seus alunos, ponto de violência doméstica, violência na escola, eles estão mais sensíveis a essas questões, mais preparados”.</i>
ENTREVISTADO 16	<i>“O que sentimos é que na medida em que a gente fala, principalmente com relação ao estatuto da criança e do adolescente, o que a gente expõe pras escolas, pras famílias pros professores, pra toda equipe e pros alunos, a partir do momento que se toma conhecimento que existe uma Lei, a coisa vai se tornando mais fácil. Há mudanças de atitude, porque já sabem o que realmente não é permitido, então assim, são coisas que vão sendo estabelecidas de forma consciente”.</i>
ENTREVISTADO 18	<i>“Dentro da escola aconteceu a mobilização de todos pra esse enfrentamento, a partir daí a gente vê que tem uma interação melhor com todos os membros da escola e os próprios alunos”.</i>
ENTREVISTADO 19	<i>“Os pais, os vizinhos, todos ficaram mais atentos com a questão da prática da violência, devido os projetos eles ficam receosos de fazer determinadas coisas, por saber que o Conselho Tutelar, a escola e a Assistência Social estão em cima”.</i>
ENTREVISTADO 20	<i>“Toda rede de proteção fez uma grande mobilização, com palestras nas escolas, com uma caminhada, protestos pelas ruas da cidade. Hoje, o corpo docente da escola sabe identificar ou sabe pelo menos onde recorrer na rede de proteção”.</i>

ENTREVISTADO 01	<i>“Em conversa com alguns dos educadores, a exemplo dessa escola, ela fez caminhada, fez mobilização durante essas campanhas sobre a violência, mas faz parte do calendário da escola. Hoje, o programa, esse projeto de Escola que Protege ficou na escola como uma ação contínua, ele faz parte de todas as atividades”.</i>
ENTREVISTADO 05	<i>“A participação de toda família na escola inclusive ficou como data específica no calendário, data especial. A participação da família na escola trouxe a temas voltados pros relacionamentos de pais e filhos. Palestras, reuniões, oficinas, visitas mesmo, as participações dos pais lá dentro da sala de aula, um dia de aula pra eles irem junto com as crianças”.</i>

Com relação às ações que estão previstas para dar continuidade ao enfrentamento da violência na escola, foram poucos os entrevistados que se posicionaram a respeito e, os que o fizeram reforçaram que dariam continuidade às mesmas ações existentes, aos mesmos projetos, não relatando a existência de nenhuma nova proposta de trabalho.

Quadro 5.2.5 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 06

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 06
ENTREVISTADO 09	<i>“A gente tá agora em planejamento pra o ano dois mil e doze (2012) e eu acho que a presença da Promotoria da Infância e da Juventude diretamente junto aos educadores do município já é uma forma efetiva de abordar os pais e a comunidade pra minimizar essas questões”.</i>
ENTREVISTADO 14	<i>“Vão dar continuidade até o final do ano letivo, até o dia trinta de dezembro a gente quer ter trabalhado toda Cultura de Paz. Já no próximo semestre a gente está pensando num reencontro, onde a gente vai realizar atividades do retorno das crianças. As ações também voltadas para cada escola ainda estão sendo elaboradas”.</i>
ENTREVISTADO 15	<i>“Vão assim, pelo menos até onde eu tenho conhecimento, das</i>

	<i>escolas que estão aplicando o projeto né, pretendem dar continuidade a esse projeto”.</i>
--	--

PERGUNTA Nº 07: Qual a sua avaliação do Projeto Escola que Protege?

Diante desta questão, cabe enfatizar que o Estatuto da Criança e do Adolescente especifica que toda criança deverá estar protegida de ações que possam prejudicar seu desenvolvimento. No entanto, a realidade de transgressão a esse direito atinge uma parcela significativa de crianças, que têm seu cotidiano permeado por variadas formas de violência.

O Projeto Escola que Protege foi implantado com o objetivo de formar profissionais para atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situações de violência física, psicológica negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial e tráfico para esses fins, em uma perspectiva preventiva. (Faleiros & Faleiros, 2006, p. 17). O que se confirma através dos relatos colhidos.

Na visão desses profissionais, o Projeto Escola que Protege trouxe mudanças significativas em vários aspectos. No fortalecimento da rede de proteção, a união das entidades com um objetivo comum, os profissionais da escola (educadores, coordenadores, supervisores) mobilizados pra reduzir os índices de violência contra a criança e o adolescente, o conhecimento da legislação, do estatuto da criança e do adolescente, entre outras temáticas importantes. Além disso, o curso foi muito dinâmico, abrangente, enfatizando vários aspectos da violência e os palestrantes eram muito competentes, todos muito envolvidos com as temáticas, enfim, a equipe mostrou competência e adotou uma ótima metodologia de trabalho. Algumas falas no quadro a seguir refletem bem a opinião dos entrevistados em relação ao Projeto Escola que Protege.

Quadro 5.2.6 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 07

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 07
ENTREVISTADO 01	<i>“Pra mim, ele acrescentou muito na minha vida profissional enquanto psicóloga e também enquanto gestora. Ele veio somar e trazer que pra junto do educador a realidade mesmo, de ver a coisa acontecer. A gente vê a curadoria da criança e</i>

	<p><i>do adolescente junto, a gente vê a Universidade junto, então a sociedade de uma forma geral participou, as escolas, entidades e aí, essa rede se fortaleceu no município de João Pessoa, a rede de proteção”.</i></p>
ENTREVISTADO 02	<p><i>“Tem muita gente ainda enquanto educador que diz assim: “A escola se preocupa com projeto daqui, projeto dali, devia se preocupar com ensinar a ler e escrever, né”? Ensinar a ler e escrever, somar e dividir é importante, mas você tá relacionado na vida, no cotidiano da criança pra saber, aí sim ela vai ter um desempenho melhor, vai ter um aprendizado melhor, um rendimento melhor. Várias vezes a gente tava indo pra formação e ouvia: “Tá indo pra onde? Pra escola que protege? Vocês protegem o que? Protege quem?”. E a gente diz: Nós protegemos os alunos, a gente faz um trabalho de prevenção pra que no futuro não tenha tanta marginalidade em nossa sociedade”.</i></p>
ENTREVISTADO 05	<p><i>“Achei muito bom, porque a gente ficou conhecendo muita coisa que não tinha conhecimento. A legislação, os temas que a gente deve pensar por eles para zelar pelas nossas crianças, nossos adolescentes. Foram temas bacanas que a Escola que Protege trouxe que com certeza ajudou muito e vai continuar ajudando os profissionais aqui do nosso município, achei muito positivo”.</i></p>
ENTREVISTADO 06	<p><i>“Foi perfeito porque conseguiu abranger todas as áreas. Os temas eram discutidos com profissionais da área, que tinham o conhecimento, não eram meros espectadores, eram pessoas de fato que detinham o conhecimento daquela situação. Onde a gente viu advogados, psicólogos, assistentes sociais, então assim, cada tema, cada ponto era debatido com cada profissional da área, então isso é o diferencial”.</i></p>
ENTREVISTADO 09	<p><i>“Na minha avaliação pessoal é um projeto de uma grandeza educacional, uma dimensão educacional muito grande, porque no momento em que se valoriza muito a interdisciplinari-</i></p>

	<i>dade, o educador tem oportunidade de ter formação e ensinamento também nas questões morais, nas questões sociais e ele também se envolve nas questões dos alunos, não fica só na dimensão do formativo, do informativo, mas também na construção da personalidade da criança e do adolescente. Assim como, melhorar a relação família-escola, que tenha as abordagens nas relações de confiança entre o professor, pai e mãe, também passa por essa questão”.</i>
ENTREVISTADO 19	<i>“A minha avaliação é que o Projeto Escola que Protege é muito bom, é um sentido pra que a coisa melhore cada vez mais, é o início da linha de um novelo, que a gente tem que desenrolar, não é participar e pronto não, tem que agir”.</i>

PERGUNTA N° 08: Que sugestões você daria para a melhoria e a continuidade do Projeto Escola que Protege?

Foram muitas as sugestões para melhoria e continuidade do Projeto, dentre elas a inserção de mais temas relacionados à violência contra a criança e o adolescente, para isso aumentar a carga horária do curso, pois dois dias não foram suficientes para captar todas as informações oferecidas. Foi cobrada a participação de gestores do município e outros trabalhadores como delegado, promotor, tentando ampliar o Projeto para além da educação; o fortalecimento da comissão gestora, através do acompanhamento das mesmas pela equipe do Projeto, com reuniões e encontros entre elas, até mesmo como forma de trocar experiências.

Mais oficinas e palestras também foram reivindicações dos entrevistados, por serem recursos pedagógicos que estão ganhando espaço ultimamente e são utilizados para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais organizado, dinâmico e eficaz. Além disso, tem como característica a construção gradativa, pessoal e coletiva, a fim de possibilitar a apropriação de um determinado tema utilizando-se da criação, do descobrimento, da transformação e construção coletiva do conhecimento.

Os participantes expressaram suas sugestões no quadro abaixo.

Quadro 5.2.7 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 08

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 08
ENTREVISTADO 04	<i>“Eu diria que acrescentar algumas coisas a mais no conteúdo do Projeto, do curso. Citar outros tipos de violência que são enfrentadas pelos adolescentes, dar um enfoque bem maior a questão do Bullying, eu acho que isso aí seria interessante”.</i>
ENTREVISTADO 05	<i>“Se houver meios de colocar mais temas voltados pra essa questão acho que bom é também os dias de ser ministrado o curso, se a gente tiver condições de fazer em um momento específico, uma semana, talvez os resultados sejam melhores”.</i>
ENTREVISTADO 06	<i>“Acho interessante o prefeito, os vereadores participarem pra saber da importância do sistema de garantias dessa proteção. Então eu acho que os nossos gestores precisam ser esclarecidos nesse sentido, como também o delegado, a promotora, a juíza, eu acho interessante que se envolvam todos nesse sistema e não apenas a educação”.</i>
ENTREVISTADO 12	<i>“A sugestão que eu daria era exatamente a gente se encontrar mensalmente, eu acho importantíssimo. Tanto a gente da comissão gestora aqui, como as escolas, como também lá em João Pessoa, com a equipe da Coordenação”.</i>
ENTREVISTADO 16	<i>“A sugestão é que a gente precisa monitorar mais, tentar uma forma de monitorar, de cobrar realmente, que essa comissão tenha mais interesse com isso, ela não pode parar, a função dela é acompanhar os projetos nos municípios”.</i>
ENTREVISTADO 19	<i>“Deveria ser mais intenso, que viessem outras etapas, com mais oficinas, com mais palestras, pra que agente fosse acumulando conhecimento, pra quando precisar por em prática a gente saber como agir. Que esse projeto não fique parado, tenha continuidade e se expanda mais na cidade”.</i>

PERGUNTA N° 09: Quais as violências contra crianças e adolescentes mais comuns registradas nas escolas de seu município?

A violência contra a criança e o adolescente, infelizmente tem se tornado uma prática cada vez mais comum na sociedade. E o que torna essa prática mais preocupante é o fato de que, na maioria das vezes, quem comete o ato de violência são justamente as mesmas pessoas que deveriam protegê-las.

Existem inúmeros casos registrados em todo o país, em delegacias, conselhos tutelares, hospitais e institutos médico-legais, porém é apenas um alerta, tendo em vista que os levantamentos oficiais sobre o fenômeno são precários e os dados obtidos são uma pequena parte do real. A violência doméstica, de cunho intrafamiliar, com frequência, vem acompanhada do segredo e da negação, fazendo com que muitos casos sequer cheguem ao sistema de Justiça ou mesmo ao sistema de Saúde, não revelando a verdadeira dimensão do problema.

Quadro 5.2.8 – Posicionamento dos participantes quanto à pergunta 09

PARTICIPANTES	RESPOSTAS REFERENTES À PERGUNTA 09
ENTREVISTADO 06	<i>“As violências mais comuns, mais frequentes nas escolas daqui são a violência doméstica, com os pais batendo nos filhos; as crianças faltam muito às aulas, os pais negligenciam e, além disso, tem o problema das drogas, que aqui é muito comum também. Na zona rural acontece muito o trabalho infantil, as crianças não vão pra escola porque estão trabalhando, ou quando vão, não conseguem estudar direito porque estão cansadas do trabalho”.</i>
ENTREVISTADO 09	<i>“São os apelidos, que é o bullying, tem muito aqui. O trabalho infantil, a violência doméstica, abuso sexual, negligência, abandono e o trabalho infantil. Tem muita criança trabalhando nos sinais e fazendo frete nas feiras”.</i>
ENTREVISTADO 13	<i>“A violência mais comum por aqui são as crianças sendo agredidas pela própria família”.</i>
ENTREVISTADO 19	<i>“As crianças são agredidas por pessoas da família dela; o trabalho infantil se dá com as crianças que carregam frete na</i>

	<i>feira; a negligência da família em não levar a criança à escola e o consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes é muito grande”.</i>
--	---

CONCLUSÃO

Esta pesquisa, ora finalizada, teve o propósito de estudar o papel do Projeto Escola que Protege no combate à violência contra a criança e o adolescente nos municípios paraibanos. Toda pesquisa visa conhecer melhor as percepções, os problemas, demandas, oportunidades e soluções adotadas, esta não é diferente. Portanto, não pretendemos concluir o debate, mas alargar o acesso a uma pluralidade de abordagens, favorecendo um olhar mais amplo sobre a violência contra a criança e o adolescente e as formas de minimizá-las.

A violência é um problema complexo, com múltiplas causas e com consequências extremamente devastadoras para as crianças e adolescentes vítimas de tais agressões. Os tipos de agressões não são excludentes e, portanto, uma mesma vítima pode sofrer mais de um tipo de violência simultaneamente.

No Brasil, o tema passou despercebido por séculos e só começou a ter relevância no meio científico e na sociedade à aproximadamente três décadas com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente que assegurava direitos especiais e proteção integral às crianças e adolescentes. Foi instituída também a notificação compulsória dos maus tratos, no entanto, observa-se que esta não é praticada devido à falta de envolvimento dos profissionais e das instituições que prestam assistência a essa clientela, o que prejudica a obtenção de dados oficiais, representativos e significantes da realidade necessários para evidenciar o problema e para o desenvolvimento de políticas públicas.

Os tipos de agressões mais frequentes sofridas por crianças e adolescentes de alguns municípios da Paraíba foram elencadas pelos participantes da pesquisa, além dos impactos do Projeto Escola que Protege nas ações contra a violência. O instrumento usado na pesquisa para obter esses dados foi a entrevista, o que possibilitou a concretização de nossos objetivos, a análise e a comparação dos dados e a visualização dos resultados.

Destacamos a seguir a visão dos participantes da pesquisa no que se refere à violência escolar e ao Projeto Escola que Protege.

Violências mais encontradas nas escolas:

De acordo com as informações colhidas, várias são as formas de violência encontradas nas escolas dos municípios pesquisados. Observamos que a evasão escolar ou crianças sonolentas ou desatentas foram citadas repetidas vezes, e a justificativa para este fato é que muitas

destas crianças são obrigadas a trabalhar, principalmente as da zona rural. Algumas dessas crianças também trabalham em sinais ou fazem frete na feira.

A violência doméstica foi outro fator encontrado, em que os pais ou responsáveis agri- dem suas crianças e justificam seus atos como sendo “palmadas educativas”.

A negligência também acontece, pois muitas crianças não vão à escola ou faltam mui- tas vezes e seus pais não tomam conhecimento e também não esboçam qualquer atitude para se inteirar dos assuntos escolares da criança.

Há também um número considerável de casos de consumo abusivo de álcool e outras drogas.

Com relação ao impacto do Projeto Escola que Protege nas atividades desenvolvidas nas escolas no combate à violência:

A fala mais ouvida foi sobre como este Projeto promove uma mudança no olhar dos cursistas, tornando-os mais sensíveis aos sinais que as crianças que estão sofrendo algum tipo de violência enviam dentro da escola. É importante saber como detectar quais são essas crian- ças, para assim poder resolver a situação. A atitude tomada vai ser de acordo com a comple- xidade do caso e, se não for possível resolver o problema dentro da escola, a mesma pode se articular com outros órgãos que fazem parte da rede de proteção, como o Conselho Tutelar, por exemplo.

Relataram também que o Projeto foi importante para favorecer o fortalecimento dessa rede de proteção, facilitando a resolução dos casos e reduzindo os índices de violência, tendo em vista que todos estão mais informados a respeito das punições aos agressores, inibindo suas práticas.

Apesar de apresentar algumas fragilidades, o Projeto Escola que Protege obteve resul- tados muito positivos na prevenção do surgimento de novos casos de violência.

Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, prevenção é: “Vir antes; avisar; preparar; impedir que se realize; antecipar uma informação; alertar sobre algo; preparar al- guém/algo para evitar alguma coisa”. A prevenção então é o ato ou efeito de prevenir, a dis- posição ou preparo antecipado; é o trabalho com valores, sentido da vida e com o projeto exis- tencial de cada ser humano.

A prevenção da violência inicia-se pela educação em casa e na escola. Algumas políti- cas e estratégias para minimizar os índices de violência na escola estão sugeridas no quadro a seguir.

POLÍTICAS	ESTRATÉGIAS
<p>1. Refletir sistematicamente a problemática da violência no meio escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalar um Fórum Municipal de Prevenção à Violência nas Escolas, com a participação de representantes: dos Conselhos Municipais de Educação, de Entorpecentes, dos Direitos da Criança e do Adolescente, das Secretarias Municipais, Ministério Público, Juizado de Infância e Adolescência, Conselho Tutelar, Ordem de Advogados do Brasil; ▪ Implementar as Comissões Regionais de Prevenção à Violência; ▪ Constituir o grupo de estudos sobre políticas públicas em relação à violência no meio escolar; ▪ Organizar seminário sobre a violência em meio escolar; ▪ Estudar a base de dados da pesquisa sobre a temática; ▪ Oportunizar contato com textos sobre a temática através de bibliotecas e grupos de leitura, publicando textos; ▪ Socializar a bibliografia sobre a temática; ▪ Avaliar sistematicamente as políti-

	cas e ações realizadas.
2. Assumir a não violência como referencial de toda ação de prevenção à violência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar dados e informações sobre práticas não violentas e por uma pedagogia não violenta; ▪ Destacar elementos e atitudes de não violência; ▪ Incluir datas com referenciais não violentos no calendário da Secretaria Municipal de Educação; ▪ Criar uma <i>home-page</i> e um boletim virtual da não violência na escola; ▪ Criticar a violência presente nas vivências escolares.
3. Desenvolver a educação para a paz como caminho de superação da violência no meio escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar cursos de educação para a paz para professores; ▪ Desenvolver projeto piloto das Oficinas da Paz como espaço de aprendizado e do exercício do protagonismo juvenil em torno de ações pela paz e pela não violência; ▪ Incluir conteúdos sobre a paz, não violência e direitos humanos no projeto pedagógico das escolas.
4. Capacitar a escola para constituir-se em núcleo e centro promotor da paz e da cultura de paz	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver uma campanha propositiva: Escola, aqui se aprende a não violência; ▪ Inventariando as ações pela paz já

	<p>realizadas e em curso na escola e em outros espaços da comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Constituir Conselhos pela Paz em todas as escolas da rede municipal de ensino;▪ Organizar espaços de discussão com a comunidade escolar sobre a temática;▪ Organizar, nas escolas, bibliotecas e arquivos sobre violência e paz no meio escolar;▪ Divulgar, através da Internet, experiências realizadas nas escolas para a construção de uma cultura de paz.
<p>5. Aprimorar as relações humanas na comunidade escolar</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Organizar cursos de resolução não violenta de conflitos para a comunidade escolar;▪ Valorizar e retomar os princípios de convivências estabelecidos na constituinte escolar de 1995 e referendados em 2000;▪ Desenvolver projeto de recreios autossugestionados por alunos e pais;▪ Valorizar as pessoas (alunos, professores, funcionários, pais, etc.) como sujeitos.

6. Fortalecer espaços democráticos no sistema escolar	<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir o conselho escolar como espaço coletivo de discussão;▪ Garantir aos alunos espaços de reivindicação e expressão de suas necessidades;▪ Favorecer a participação dos alunos e professores na escola.
7. Fortalecer a cidadania, o protagonismo juvenil e a mobilização social na linha da paz, não violência e direitos humanos	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar grupos de não violência: hip-hop, capoeira, ta-chi-chuan, grafiteagem etc;▪ Participar dos movimentos sociais, de direitos humanos e pacifistas;▪ Participar de debates e eventos propostos por outras instituições sobre violência em meio escolar;▪ Desenvolver campanha contra brinquedos de guerra;▪ Capacitar multiplicadores de ações não violentas junto à juventude;▪ Integrar os grupos organizados (ganges) no trabalho de prevenção.
8. Incentivar projetos de integração escola e comunidade	<ul style="list-style-type: none">▪ Retomar o vínculo da escola com o orçamento participativo;▪ Realizar oficinas culturais e artísticas, esporte e lazer, nos finais de semana;

	<ul style="list-style-type: none">▪ Participar das reuniões da associação dos moradores, clubes de mães, escolas de samba, etc.▪ Desenvolver parcerias com organizações não-governamentais para operacionalizar ações de combate à violência;▪ Fortalecer a escola como polo articulador da rede atendimento às crianças e adolescentes.
9. Construir estratégias cidadãs de segurança	<ul style="list-style-type: none">▪ Formar e capacitar a guarda municipal como educador social;▪ Discutir o papel do policiamento comunitário visando à construção de uma nova relação entre a escola e a polícia;▪ Divulgar e realizar debates sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;▪ Realizar ações que atendam situações de risco;▪ Elaborar coletivamente uma cartilha para a guarda municipal;▪ Procurar caminhos de superação da problemática da violência na escola;▪ Debater com os agentes e instâncias de segurança pública, estraté-

	gias cidadãos de segurança.
10. Criar espaços de apoio às vítimas da Violência	<ul style="list-style-type: none">▪ Organizar comitês de atendimento às vítimas da violência nas regiões;▪ Articular com outros serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência;▪ Realizar o acompanhamento pelo serviço de orientação das crianças e adolescentes desencadeadores de atos violentos.

Fonte: Secretaria Municipal de Porto Alegre
www.educacapaz.org.br/modules/wfsection/article.php?articleid=2

Enfim, estas são algumas sugestões para tentar minimizar a violência nas escolas. Algumas delas já foram colocadas em prática ou ainda estão em desenvolvimento, porém é necessário um maior comprometimento dos órgãos ou instituições que se prontificam a colocar essas estratégias em prática, pois só assim é possível alcançar resultados favoráveis.

Terminamos então esta pesquisa com a certeza de que adquirimos conhecimentos e podemos partilhá-los, abrindo precedentes para uma discussão sobre violência escolar. Que apesar dos problemas enfrentados por estes profissionais e instituições, se trabalharmos com uma equipe fortalecida e todos pelo mesmo ideal, é possível vislumbrar mesmo que em longo prazo, os efeitos positivos dessas ações.

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, M. et al. (2003a). *Avaliação do Programa Abrindo Espaços na Bahia*. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência nas Escolas, Universidade Católica de Brasília, UNIRIO.

Abramovay, M. et al. (2003b). *Escolas de Paz*. Brasília: UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEE, UNIRIO.

Abramovay, M. (2001). *Escolas de Paz*. Brasília: Edições Unesco.

Agudelo, S. F. (1998). *Contextos Explicativos de la Violencia en Colombia*. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Agudelo, S. F. (1995). *Violencia, Ciudadania y Salud Publica*. Conferência apresentada no II Congresso Ibero-americano, I Latino-americano e III Brasileiro de Epidemiologia. Salvador.

Agudelo, S. F. (1990). *La violencia: um problema de salud publica que se agrava en la región*. Boletín Epidemiológico de la OPS 11: 1-7.

André, M. E. D. A. de. (1994). *Formação de professores em serviço: um diálogo com vários textos*. Cadernos de Pesquisa, n.89, p. 72-75.

Aquino, J. G. (1998). *A violência escolar e a crise da autoridade docente*. Cad. CEDES vol.19 n.47 Campinas.

Archer, J. (1991). *The influence of testosterone on human aggression*. Br. J. Psycho., n. 82, p. 1-28.

Bandura, A. & Walters, R. H. (1974). *Aprendizaje social y desarrollo de la personalidad*. Madrid: Alianza Editorial.

Batista, A.; El-Moor, P. *Violência e agressão*. In: CODO, W. (coord.). (1999). Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes.

Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1975). *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Brasil. (2009). *Manual do Projeto “Escola Que Protege”*. Brasília, MEC.

Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Circular nº 004/06CGAEC/DEDC/SECAD/MEC*. Brasília, DF.

Brasil. (2004). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 6. ed. São Paulo: Saraiva.

Brasil, Ministério da Saúde. (1999). *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília.

Brasil. MEC. SEF. (1998). *Ensino fundamental: uma prioridade*. In: Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF.

Campos, L. F. de L. (2001). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia*. (2^a. ed). Campinas, SP: Alínea.

Castro, L. R. de (Org.). (2001). *Crianças e Jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU Editora/FAPERJ.

Claeys, U. (1986). *Violência e Fair Play no desporto: causas e medidas*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura. Editora Desporto.

Codo, W. (Coord.). (1999). *Educação: carinho e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes.

Cohen, L. & Felson, M. (1979). *Social change and crime rate trends: a routine approach*. *American Sociological Review*, 44: 588-608.

Coll, C. (1999). *Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso*. In: Comunidade e escola: a integração necessária. Pátio. *Revista Pedagógica*. Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n. 10, p. 8-12.

Coll, C., Palacios, J. & Marchesi, A. (1995). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, v.1.

Costa, J. F. (1986). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Denisov, V. (1986). *Violência Social: Ideologia y Política*. Moscou: Editorial Progreso.

Faleiros, V. P. & Faleiros, E. T. S. (2006). *Formação de educadores (as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Brasília, DF: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SEaD.

Ferreira, W. B. & Martins, R. C. B. (2007). *De docente para Docente, Práticas de Ensino e Diversidade na Educação Básica*. Editora Summus. São Paulo. 128p. Retirado: Abril, 20, 2011, de <http://www.summus.com.br>.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

Francischini, R. (2003). *As faces da infância em contextos de violência física intrafamiliar*. Perfil, Assis, v. 15, 71-86.

Gil, A. C. (2008). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Goulart, Í. B. (1995). *A educação na perspectiva construtivista: reflexões de uma equipe interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Justo, C. S. S. (2003). *Os Meninos fotógrafos e os Educadores: viver na rua e no projeto Casa*. São Paulo: Editora UNESP.

Justo, C. S. S. (2000). *Sociedade global e infância negada*. In: Dal Ri, N. M. (Org). *Desafios da Educação do fim do século*. Marília: UNESP Publicações.

Lima, V. F. & Silva, R. G. (2006). *Violência escolar: negociação constante do eterno conflito*. In: I Seminário de Estudos em Educação Física Escolar, São Carlos. Anais. São Carlos: CEEFE/UFSCar.

Lüdke, M. & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Marriel, L. C., Assis, S. G., Avanci, J. Q. & Oliveira, R. V. C. (2006). *Violência escolar e auto-estima de adolescentes*. Cad. Pesqui. vol.36 no.127 São Paulo Jan./Apr.

Mendonça, S. G. (2002). *Ciências Humanas e educação básica: o desafio do fazer pedagógico*. Relatório apresentado ao Núcleo de Ensino da Unesp/Campus de Marília.

Miguel, D. S. (2008). *A Escola e o Muro de Silêncio Sobre a Violência Doméstica*. Florianópolis. Retirado: Fevereiro, 20, 2011, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST60/Denise_%20Soares_%20Miguel_60.pdf.

Minayo, M. C. de S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (19^a ed.). Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. de S. (org.). (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Montagu, A. (1998). *Tocar: O significado humano da pele*. São Paulo: Summus Editorial.

Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. (8^a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Noletto, M. J. et al. (2004). *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. (3^a ed.). Brasília: UNESCO.

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2006). *Relatório sobre o estudo das Nações Unidas sobre a violência contra crianças*. Pinheiro, P. S. (Org.). [S.l.: s.n.], 2006. Retirado: Junho, 02, 2011, de <http://www.unviolencestudy.org>.

Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.

Organização das Nações Unidas [ONU]. (1989). *Convenção dos Direitos das Crianças*. Tradução: Save the Children Suécia. Retirado: Março, 15, 2011, de <http://www.scslat.org>.

Organização Pan-americana de Saúde [OPAS]. (1993). *Resolución XIX: Violencia y Salud*. Washington.

Osório, L. C. (1996). *Família Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Pescarolo, J. K. (2011). *Aspectos Sociológicos e Psicológicos da Violência*. Retirado: Janeiro, 29, 2011, em www.naoviolenca.org.br.

Priberan. *Dicionário On Line*. Retirado: Abril, 04, 2011, de http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx

Rappaport, C. Regina. (1982). *Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: EPU.

Souza & Jorge. (2004). *Impactos da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras: magnitude da morbimortalidade*. In: *Violência Faz Mal a Saúde*. Brasília. Ministério da Saúde.

Triviños, A. N. S. (1995). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Vygotsky, L. S. (1989). *Pensamento e linguagem*. (2^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Waiselfisz, J. & Maciel, M. (2003). *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. Brasília: UNESCO.

Waiselfisz, J. (2002). *Mapa da Violência III. Os Jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília: UNESCO.

Winnicott, D. W. (2005). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICES

**APÊNDICE 1 - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO UTILIZADO NA PESQUISA
INTITULADA: Impacto do Projeto Escola que Protege no combate à violência em Escolas
Públicas do Estado da Paraíba**

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DE MESTRADO**

Impacto do Projeto Escola que Protege no combate à violência em Escolas Públicas do Estado da Paraíba

Pesquisadora Responsável: Prof^a Dr^a Otaviana Maroja Jales

Pesquisadora Graduanda: Rosa Maria Vilar de Queiroz

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre: Impacto do Projeto Escola que Protege no combate à violência em Escolas Públicas do Estado da Paraíba e está sendo desenvolvida por Rosa Maria Vilar de Queiroz, aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa /Portugal, sob a orientação da professora Dr^a. Otaviana Maroja Jales.

O objetivo deste trabalho é estudar o papel do Projeto Escola que Protege no combate à violência contra a criança e o adolescente nos municípios paraibanos.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o engrandecimento da investigação científica, a aplicação em potencial das descobertas e a formação educacional de futuros profissionais e pesquisadores.

Solicitamos a sua autorização para participar deste estudo, e que os resultados obtidos possam ser apresentados em eventos da área de educação e/ou publicação em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a), se assim, desejar.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para colaborar com a pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Rosa Maria Vilar de Queiroz

Endereço: Rua José Clementino de Oliveira, 157, Apto 503, Tambauzinho
João Pessoa – PB – CEP: 58042-300
Telefone: (83) 8864-9546

E-mail: rosa-queiroz@ig.com.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

APÊNDICE II – ENTREVISTA REALIZADA COM AS COMISSÕES GESTORAS

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ENTREVISTA

Dados de Identificação

Nome: _____, sexo _____,
idade _____, naturalidade _____, estado civil _____,
escolaridade _____, cargo _____.
Endereço completo _____

I - Você fez ou faz parte da Comissão Gestora Municipal do Projeto Escola que Protege re-
presentando que Instituição? _____

II - Você participou do Curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a criança e o
Adolescente? _____

III - Que contribuição o curso lhe deu para enfrentar a violência na escola?

IV - Nas escolas do seu município existe algum projeto de enfrentamento à Violência? Qual?

V - Dos Projetos de Intervenção Educacional apresentados pelos cursistas, quantos e quais
foram acompanhados pela Comissão Gestora Municipal?

VI - Quais os resultados desses Projetos de Intervenção Educacional na prevenção da violência nas escolas? E que ações estão previstas para dar continuidade ao enfrentamento da violência na escola?

VII - Qual a sua avaliação do Projeto Escola que Protege?

VIII – Que sugestões você daria para a melhoria e a continuidade do Projeto Escola que Protege?

IX - Quais as violências contra crianças e adolescentes mais comuns registradas nas escolas de seu município? _____

ANEXOS

ANEXO I - INSTRUMENTO PARA ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS RELATÓRIO DE ATIVIDADES

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1. Nome da Instituição Executora

Universidade Federal da Paraíba

2. Título do Projeto

Escola que Protege – UFPB

3. Identificação do Instrumento de seleção/ano

Escola que Protege - Resolução/CD/FNDE N°. 17. e Edital Chamada Pública N°. 15.

4. Nome do/a Coordenador/a do Projeto

Maria Senharinha Soares Ramalho

5. Valor do Repasse

R\$ 205.676,43

6. Data de Aprovação do Projeto

Agosto de 2009

7. Início das Atividades

Setembro de 2009

8. Término das Atividades

-

9. Municípios onde o Projeto foi desenvolvido

Bananeiras, Caaporã, João Pessoa, Patos e Sousa.

Os municípios de Solânea e Arara não aderiram ao Projeto, por essa razão incluímos o município de Sousa.

10. Objetivo Geral

Proporcionar a qualificação de profissionais de educação das escolas municipais e estaduais de Arara, Bananeiras, Caaporã, João Pessoa, Patos e Solânea e da Rede de Proteção Integral, para prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes e promoção da defesa de seus direitos.

11. Objetivos Específicos (descrição por atividade/etapa proposta)

a. Promover curso de qualificação para educadores, profissionais da rede de proteção integral e organizações sociais e de saúde sobre temáticas relacionadas à: exploração do trabalho infantil, violência doméstica, física, psicológica, negligência e abandono, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; e enfrentamento no âmbito educacional, em uma perspectiva preventiva;

b. Sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar sobre os prejuízos causados pelas diversas formas de violência (doméstica, física, psicológica, sexual, negligência, abandono, exploração do trabalho infantil) no desenvolvimento biopsicossocial das crianças, adolescentes e à família como um todo;

c. Estreitar as relações e integrar os sistemas de ensino ao fluxo de notificação e encaminhamento junto à Rede de Defesa, Responsabilização e Proteção à criança e ao adolescente;

d. Promover Seminário Estadual sobre Educação e Trabalho Infantil, em articulação com a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego na Paraíba e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FEPETI;

e. Promover Seminário Estadual sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em articulação com a Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual

contra Crianças e Adolescentes – REDEXI e Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro - PAIR;

f. Sistematizar e publicar livro voltado para a promoção e defesa de direitos e enfrentamento a todas as formas de violências contra crianças e adolescentes;

g. Orientar os cursistas na elaboração e implementação de Projeto de Intervenção Educacional;

h. Criar Comissão Gestora Local ou integrar as ações do Projeto em comissões existentes nos municípios de Arara, Bananeiras, Patos e Solânea e fortalecer a Comissão Gestora Estadual e Local de Caaporã e João Pessoa;

II. ALCANCE DE METAS E REFORMULAÇÃO DE META FÍSICA

12. Público Beneficiário

Público-Alvo		Nº Proposto	Nº Atingido
a. Professores da rede pública de Educação Básica	na Educação Infantil		24
	no Ensino Fundamental - Séries iniciais		120
	no Ensino Fundamental – Séries finais		26
	no Ensino Médio		20
	Outros Especificar:		0
b. Dirigentes Estaduais e/ou Municipais de Educação			-
c. Outros Profissionais de Educação			204
d. Membros da Rede de Proteção Social			57
e. Estudantes Universitários			10
f. Membros da Sociedade Civil			18
g. Outros Especificar:			0
TOTAL			479

13. Metas Atingidas

Indicar as ações realizadas como: publicações (especificando o título e público-alvo), formação de profissionais da educação etc.

Ação/Atividade	Produto/Meta Prevista	Produto/Meta Alcançada	Dificuldades encontradas
a. Curso Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes	500 profissionais	479 profissionais	Os municípios de Arara e Solânea não quiseram incluir as ações do projeto em 2010
b. Seminário Trabalho Infantil: consequências e enfrentamentos	200 profissionais	350 profissionais	* O seminário foi realizado em conjunto com o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil - FEPETI.

c. Fórum de Debate: Rede Integrada no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente	200 profissionais	150 profissionais	Evento realizado em parceria com a Promotoria da Infância e Juventude e a Secretaria de Estado de desenvolvimento Humano, dentro de uma agenda comum da Rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, no entanto foram muitas atividades realizadas e ocasionou acúmulo de atividades na semana do 18 de Maio
d. Sistematização e publicação de livro voltado para a promoção e defesa de direito e enfrentamento a todas as formas de violências contra crianças e adolescentes	3750 livros	-A Publicação está em andamento	O atraso na entrega dos textos pelos profissionais, dificultando a publicação dos mesmos.
e. Encontros de capacitação das Comissões Gestoras Municipais de Bananeiras, Caaporã, João Pessoa, Patos e Sousa.	3 encontros de 4 horas	04 encontros de 4 horas	Demora na indicação e nomeação dos membros das Comissões Municipais

14. O projeto previa a existência de processos de avaliação dos cursos de formação/produção de matérias didáticos? Assinale com um X? Sim (x) Não ()

15. Caso tenha assinalado SIM na questão 14, descreva brevemente como foi realizada a avaliação dos produtos propostos no projeto:

A avaliação do Curso de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Criança e Adolescente se deu no decorrer e no final do mesmo, através de formulário elaborado pela Coordenação do Projeto.

Nesse processo também foi feita avaliação do curso, a metodologia aplicada, dos profissionais que ministravam as aulas, o material distribuído, para procurar melhorar o projeto, aprimorar o conhecimento sobre sua execução e contribuir para seu planejamento futuro.

III. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

16. Assinale abaixo as alternativas que se aplicam à gestão orçamentário-financeira do Projeto, caso tenha tido a necessidade de modificação no Plano de Trabalho/Projeto Básico:

- a. alteração de elementos de despesa ()
- b. prorrogação de prazos (x)
- c. alteração (redução ou ampliação) de metas ()

17. Teve dificuldades para o repasse de recursos no FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação? Sim () Não (x)

IV. BALANÇO CRÍTICO DOS RESULTADOS DO PROJETO

As questões abaixo elencadas são de grande relevância para o aprofundamento de ações no campo temático dos projetos. Solicitamos responder de acordo com os resultados obtidos no projeto:

18. Universidade

Ações	Sim	Não	N/A
a. Aumento do número de pesquisadores/as vinculados ao Projeto e/ou ao Núcleo/grupo de estudos	X		
b. Promoção de eventos sobre a temática na IES	X		
c. Fortalecimento ou criação de Núcleos de Estudos e Pesquisas vinculados a Educação em Direitos Humanos *	X		
d. Participação efetiva da comunidade acadêmica na IES no desenvolvimento das ações do projeto	X		
e. Ampliação da produção e difusão de conhecimentos nas temáticas do projeto	X		
f. Inserção em caráter permanente do tema do projeto na estrutura curricular de graduação		X	
g. Ampliação dos financiamentos para ações no campo temático junto às agências de fomento		X	
i. Estruturação de diretrizes curriculares na graduação		X	
j. Outra ação. Informar. Apresentação do Projeto no XI Encontro de Extensão da UFPB	X		

* Foi criado em setembro de 2010 o grupo de Trabalho - GT Criança e Adolescente ligado ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB

19. Escolas das redes de ensino dos municípios atendidos pelo projeto

Ações	Sim	Não	N/A
a. Fortalecimento de processos didático-pedagógicos	X		
b. Aprimoramento da gestão dos temas de EDH nas escolas da rede básica de educação	X		
c. Inserção da temática de EDH nos currículos das escolas	X		
d. Uso de materiais didáticos ou paradidáticos produzidos no âmbito do projeto em sala de aula		X	
e. Apoio da Secretaria Estadual de Educação	X		
g. Outra ação. Informar.			

20. Comunidade escolar

Ações	Sim	Não	N/A
-------	-----	-----	-----

a. Participação ativa do público beneficiário	X		
b. Difusão na comunidade de materiais didáticos/formação referente aos temas de EDH	X		
c. Articulação com redes/ONGs e outros grupos para trabalhar os temas de EDH	X		
d. Diminuição de algum indicador mencionado no problema e descrito no projeto	X		
e. Consolidação de parcerias	X		
f. Outra ação. Informar.			

21. **Você monitora periodicamente o Projeto?** Sim (x) Não ()

22. **Caso tenha respondido SIM na questão 21, informe como são desenvolvidas as ações de monitoramento:**

Através das reuniões com as Comissões Gestoras municipais que acompanham os Projetos de Intervenções Educacionais nos municípios onde o Projeto atuou.

23. **Como poderia qualificar a EXECUÇÃO de seu Projeto?**

O Projeto foi executado de acordo com as metas estabelecidas, visto que, atingiu os objetivos e em algumas metas ultrapassou o previsto.

24. **Destaque em termos qualitativos os principais RESULTADOS do Projeto:**

- Qualificação de 479 profissionais da educação e de outras categorias para a abordagem, no contexto escolar da temática do enfrentamento da violência;
- Conhecimento da situação local de casos de violências contra crianças e adolescentes;
- Fortalecimento da rede local de proteção com envolvimento escolas e entidades participantes do Curso;
- Intercâmbio de experiências no enfrentamento e prevenção de violências contra crianças e adolescentes, entre as escolas e entidades participantes do curso, evidenciadas pelo levantamento das experiências e discussões realizadas durante o curso;
- Funcionamento e o fortalecimento das Comissões Gestoras no desenvolvimento e acompanhamento dos Projetos de Intervenção Educacional;
- Elaboração e a implementação pelos (as) cursistas, de um Projeto de Intervenção Educacional, como condição básica para a conclusão do curso;
- Sensibilização da comunidade escolar sobre o prejuízo causado pela violência contra crianças e adolescentes;
- Articulação dos diversos atores para uma ação com a responsabilidade compartilhada e negociada para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes;
- Conhecimento da Rede Local de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos municípios onde serão realizados os cursos;
- Inclusão do município de Sousa em articulação com a 2ª Vara da infância e Adolescência e as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, a demanda foi atendida devido apresentar alguns dados que justificou a inclusão, como: de acordo com último censo do IBGE, tem uma população de 62.635 habitantes, índice do IDEB total de 3,5, sendo que em 2007 era de 3,6. O município consta na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, coordenada pe-

la Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH-PR.

- Participação de cursistas de outros municípios não incluídos no Projeto como: Alhandra (06), Bayeux (06), Cruz do Espírito Santo (01), Jacaraú (01), Santa Rita (02), Sapé (05), em João Pessoa e Aparecida (02), São Gonçalo (05), São José da Lagoa Tapada (01), em Sousa.

25. Que recomendações/ações considera importantes para contribuir com a resolução do problema descrito inicialmente no projeto?

Maior engajamento das Secretarias de Educação na implantação de Políticas Públicas direcionadas para a questão da violência escolar, maior sensibilização dos profissionais da educação no sentido de identificar as violências praticadas contra crianças e adolescentes.

Maior articulação entre o MEC e as Secretarias Municipais de Educação para viabilizar o apoio durante a execução do Projeto e na execução dos Planos de Intervenção Educacional,

V. MAPA DE CONTEÚDOS

26. Indique as temáticas e conteúdos elaborados nos produtos desenvolvidos no projeto:

- A Função Social da escola/Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
- Concepções sociohistóricas sobre a infância e adolescência/ Trajetória da Política de Atendimento
- Marcos legais e a Promoção de Direitos da criança e do adolescente
- O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos
- Violência e suas manifestações:
 - - Violência Doméstica
 - Sexual
 - Física
 - Psicológica
 - Negligência
 - - Trabalho Infantil
 - - Fenômeno *Bullying*
 - - Violência Homofóbica
- Denúncia e a Notificação
- Como identificar sinais de violência?
- Apresentação e debate do Filme “Anjos do Sol”
- Funções e Atribuições dos atores e a rede de proteção
- Panorama da rede de atendimento e o fluxograma de encaminhamento dos casos de violência contra crianças e adolescentes
- Planejamento Educacional e Plano de Intervenção Educacional

João Pessoa, 21 de outubro de 2010

Maria Senharinha Soares Ramalho
Rosa Maria Vilar de Queiroz